

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Vivian Paula Viegas

O preconceito em face da diversidade de gênero na escola

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Vivian Paula Viegas

O preconceito em face da diversidade de gênero na escola

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Antônio Giovinazzo Jr.

São Paulo

2021

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.199054/2018-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.199054/2018-00.

Dedico este trabalho às crianças, adolescentes e jovens nos espaços escolares que, assim como eu, sofreram ou sofrem discriminação devido ao não enquadre numa sociedade intolerante, preconceituosa, heteronormativa e cisgênera.

A todas, todos e todes os docentes deste país que exercem ou exerceram sua profissão com excelência, conscientes de seu papel social transformador.

A toda comunidade LGBTQIA+ que, mesmo em um momento tão difícil do país, segue firme e resistente na luta pelo direito de existir.

Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.

Caetano Veloso. **Dom de iludir.**

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria do Carmo, e meu pai, Vicente, por toda aceitação e respeito a minha orientação sexual e minha expressão de gênero não binária; além de me proporcionarem todos os subsídios materiais e espirituais para chegar até aqui. A eles, toda minha eterna gratidão e amor incondicional.

À minha esposa, Elisangela Rocha, minha companheira de vida, pelo encorajamento, por todo o apoio nas horas de profunda dificuldade e desânimo, assim como toda a compreensão por tantos dias e horas de ausência em prol da pesquisa.

À Betinha, por tanta disposição, empatia, carinho e muitas palavras de encorajamento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Jr., por acreditar e incentivar a pesquisa com paciência, competência, dedicação, atenção e verdadeira parceria na construção deste trabalho.

À amiga Ana Lúcia Sanches pelo empurrão inicial.

Aos colegas da PUC, que me acompanharam nessa jornada e auxiliaram meu crescimento com força, incentivo e ideias.

Ao corpo docente do EHPS por todos os ensinamentos e auxílio na realização deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas por entenderem a minha ausência em tantos encontros.

Ao corpo docente, discente e gestão das escolas envolvidas pela prontidão e auxílio.

RESUMO

Tratar a temática diversidade e gênero na escola ainda é um grande desafio carregado de preconceito, dúvidas e medo. O presente trabalho investigou a posição de docentes e estudantes em relação ao tema diversidade no âmbito escolar, com reflexões sobre convencionalismo, agressão, autoritarismo, sexualidade, e o pensamento supersticioso e estereotipado. Tal empreitada teve a finalidade de analisar as tendências de atitudes que podem expressar o preconceito em relação às mulheres e aos LGBTQIA+. Identificou-se tais tendências com base nas manifestações de professores e alunos sobre gênero no ensino fundamental de escolas pertencentes às redes municipais de Diadema e São Paulo. A hipótese inicial para esta investigação foi formulada nos seguintes termos: mesmo a escola sendo um local privilegiado para trabalhar os valores éticos de respeito ao outro, com base no reconhecimento da pluralidade e da necessidade de relações sociais inclusivas e democráticas, muitas vezes são promovidas ideias e práticas que reforçam estereótipos e perpetuam preconceitos de gênero. Os dados foram obtidos por meio do uso de uma escala de atitude do tipo Likert, denominada Preconceito de Gênero (PG), elaborada e validada para esta pesquisa. As reflexões sobre gênero tiveram como base as pesquisas de Butler, Junqueira, entre outros pesquisadores. Já o aporte teórico foi extraído das obras de Adorno e Horkheimer, especialmente as considerações sobre o indivíduo, sociedade e preconceito.

Palavras-chave: Preconceito, Diversidade, Gênero, Escola.

ABSTRACT

Approaching the theme of diversity and gender at school is still a great challenge fraught with prejudice, doubts and fears. This study investigated teachers' and students' views towards this theme of diversity, reflecting on conventionality, aggression, authoritarianism, sexuality and superstitious and stereotyped forms of thinking. Such endeavor was designed to analyze trends in attitudes that may express prejudice towards women and the LGBTQIA+ community. These tendencies were found based on teachers' and students' statements on gender in elementary school in the town district of Diadema and Sao Paulo. The initial hypothesis for this research was formulated as follows: even though the school is a privileged place to work the ethical values of respect for others, based on the recognition of plurality and in the need for inclusive and democratic social relations, most often we find the promotion of ideas and practices that reinforce stereotypes and perpetuate gender bias. The data were obtained using a Likert-type attitude scale, called Gender Prejudice (PG), developed and validated for this research. The reflections on gender were based on research by Butler, Junqueira, among other researchers. The theoretical contribution was extracted from the works of Adorno and Horkheimer, especially the considerations over the individual, society and prejudice.

Keywords: Prejudice, Diversity, Gender, School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. GÊNERO NA SOCIEDADE DO CAPITALISMO TARDIO	18
2. A IDEOLOGIA NA NOÇÃO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO	23
3. PRECONCEITO	27
4. PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODO	31
5. INSPIRAÇÃO DA ESCALA PG (Preconceito de gênero) NA ESCALA F (Fascismo)	34
6. VALIDAÇÃO DA ESCALA PG (Preconceito de gênero)	38
7. A ESCALA UTILIZADA – RESULTADOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXO I – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	67
ANEXO II – Escala preconceito de gênero (PG) – versão do estudo piloto	68
ANEXO III – Escala de preconceito de gênero (PG) – versão final (validada)	72
ANEXO IV – Caracterização da amostra investigada	75
ANEXO V – Relação de trabalhos sobre educação, escola e gênero	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média e desvio padrão de cada sujeito (alunos)	39
Tabela 2 – Média e desvio padrão de cada sujeito (docentes)	39
Tabela 3 – Média e desvio padrão de cada item (Escala Piloto)	40
Tabela 4 – Cálculo do ID (índice discriminatório) da Escala piloto	41
Tabela 5 – Avaliação dos itens da Escala Piloto com ID e correlação de Pearson	42
Tabela 6 – Valor médio e desvio padrão das respostas para cada item para estudantes, docentes e o total	46
Tabela 7 – Número de sujeitos e média dos escores, conforme grupo ao qual pertencem (homens, mulheres, estudantes e professores)	47
Tabela 8 – Cálculo do ID (índice discriminativo) da Escala de Preconceito de Gênero, considerando a amostra de 98 sujeitos	49
Tabela 9 – Correlações de Pearson e Spearman da Escala de Preconceito de Gênero, considerando a amostra de 98 sujeitos	50
Tabela 10 – Composição da amostra, conforme sexo e grupo (números absolutos e relativos)	52
Tabela 11 – Composição da amostra (professores), conforme o tempo de atuação no magistério e a média dos escores dos docentes de cada estrato	53
Tabela 12 – Composição da amostra (professores), conforme a faixa etária e a média dos escores dos docentes de cada estrato	53

INTRODUÇÃO

Numa sociedade desigual, os grupos dominantes defendem fortemente seus costumes, crenças, tradições e hábitos como o padrão a ser seguido, sem reconhecer o valor de outras manifestações culturais. E esta é uma estratégia para garantir as relações de poder vigentes.

A diversidade humana possibilitou uma grande variedade de formas e configurações sociais ao longo da história. E a sexualidade, em especial, pode ser caracterizada como sendo um dos fatores que conferiu complexidade a essa existência. Somos seres humanos diversos em praticamente tudo – raça, cor da pele, cultura, corpo, religião etc. É no cotidiano que se criam e perpetuam as práticas que contribuem para a afirmação de poder de certos grupos sociais, mas, também, é nele, principalmente o escolar, que se pode introduzir de forma gradativa as mudanças em tais práticas.

De outra parte, ideias e os lugares-comuns sem fundamentos e depreciativos interpretam os membros da comunidade LGBTQIA+ como sujeitos que decompõem a integridade moral da sociedade, a mulher como submissa e inferior ao homem, o índio como selvagem e vagabundo, o nordestino como ignorante e representante do analfabetismo do país, o negro como sujeito com capacidade de realizar apenas trabalhos braçais, sem pensamento e valores próprios, entre outras inverdades instituídas pelos grupos sociais dominantes, que buscam impor seu padrão cultural e suas regras de comportamento.

Ao pensarmos sobre a diferença entre os sexos, o termo gênero não reflete a realidade biológica primária, mas pode indicar o sentido desta realidade quando justificamos os comportamentos sociais de mulheres e homens como decorrentes de uma ordem natural, o que é claramente uma formulação ideológica. Gênero deve ser compreendido como uma construção cultural, e de origem social, das identidades subjetivas de mulheres e homens, como assevera Grossi (1998), apesar das regras sociais calcadas na determinação biológica diferencial dos sexos.

Em vários povos como, por exemplo, em três tribos da Nova Guiné (os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli), não é o órgão genital que define o “ser homem” ou “ser mulher”; trata-se de uma questão de gênero e da forma como o sujeito se expressa socialmente. Seja como for, sexo é uma determinação biológica e anatômica, enquanto gênero é produto das relações sociais e do modo como as diferentes culturas se desenvolvem. Adotar ou não determinados papéis ou modelos de gênero não depende dos cromossomos, hormônios ou órgãos genitais. A antropologia, uma das ciências que estuda a diversidade cultural

humana, mostra que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta; esses papéis remetem para a representação de um personagem e das atribuições a desempenhar. Em muitas vezes com o gênero associado ao sexo biológico, em outras tantas não necessariamente, como expõe Mead (2000), com argumentos importantes para reforçar a tese de que, mais do que a biologia, é a cultura que molda o comportamento das pessoas em sociedade.

Estudei essa questão nos plácidos montanheses Arapesh, nos ferozes canibais Mundugumor e nos elegantes caçadores de cabeça de Tchambuli. Cada uma dessas tribos dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social, que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero e de sexo (MEAD, 1979, p. 22).

Todas essas considerações levam ao seguinte entendimento: trata-se de uma questão de identidade, e não de transtorno, quando alguém vive a experiência de gênero desvinculada daquilo que é esperado em termos de comportamento que, em tese, pertence aos indivíduos de determinado sexo biológico. Não menos importante é ressaltar que as variantes de gênero não possuem relação direta com a orientação sexual de cada indivíduo. De forma resumida pode-se dizer que orientação sexual se refere à atração afetiva e sexual, e gênero se refere ao modo como o indivíduo se vê e se percebe, isto é, a orientação sexual e gênero são distintos, não dependem ou provém do outro, embora, claro, possam estar relacionados.

A diversidade sexual não se limita apenas ao exercício do sexo, mas a tudo que envolve a sexualidade, os costumes, os modos de agir, as emoções, as identidades, as expressões e as experiências, podendo divergir dos moldes convencionais adotados pelas sociedades que impõem a heteronormatividade. As orientações sexuais consideradas socialmente transviadas – gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, entre outros – mostram que a natureza diversa da sexualidade humana não está mais restrita aos espaços privados e vem sendo objeto de acalorados debates públicos.

A expressão diversidade de gênero só pode ser analisada se for possível compreender que a humanidade apresenta diferenças e semelhanças biológicas, mas, no que se refere às convenções sociais adotadas pela comunidade ou sociedade, as diferenças podem ser evidentes e conflituosas. Isso porque a estrutura de cada organização social passa pela elaboração de fundamentos, normas e sistemas a ela inerentes, os quais se distinguem dos criados por outros grupos.

Entendendo preconceito como uma definição preconcebida, uma opinião não justificada ou justificada de modo inapropriado em torno de alguém ou de algo, baseada em estereótipos, é impossível um ambiente de paz e união na sala de aula quando este está presente, pois que ocasiona a discriminação, o tratamento desigual e desfavorável a respeito de um indivíduo ou grupo.

As grandes leis do movimento social não regem por cima das cabeças dos indivíduos, realizando-se sempre por intermédio dos próprios indivíduos e de suas ações. A investigação sobre o preconceito tende a reconhecer a participação do momento psicológico nesse processo dinâmico em que operam a sociedade e o indivíduo (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 173-174).

Ao abordar o tema da diversidade de gênero no ambiente escolar, existem preconceitos e desafios a serem enfrentados pelos professores em seu dia a dia nas salas de aula, principalmente para aqueles que ainda possuem a ilusão de ter turmas totalmente heterogêneas, em todos os sentidos. Por um lado, se o professor crítico é realmente preocupado com a formação de seus alunos e de si próprio, enxerga como “sorte” a diversidade geral, vista como fonte de enriquecimento da ação pedagógica; por outro, também é verdade que para uma grande parcela dos docentes é necessário lançar mão de estratégias especiais para envolver a todos, evitando linguagens, procedimentos e conteúdos inadequados ou desrespeitosos aos alunos. Desse modo, muitos temas podem se tornar tabu na sala de aula, tais como religião, política e sexualidade.

Deu-se no começo do século XX, os primeiros estudos sobre gênero e, mesmo assim, um século depois, ainda na atualidade, falta respaldo para que docentes tenham condições e preparo para uma intervenção livre dos preconceitos que envolvem as questões de gênero.

Justificativa

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a sexualidade é concebida como um componente natural, algo necessário e fonte de prazer na vida, necessidade básica,

potencialidade erótica do corpo, além de ser impulso do desejo vivido no corpo (BRASIL, 1998). A Organização Mundial da Saúde¹ define sexualidade como:

(...) um aspecto central do ser humano ao longo da vida abrange sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (OMS, 2006).

Já o Conselho Federal de Medicina do Brasil retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual em 1985; a OMS retirou em 1990 a homossexualidade da lista de doenças mentais, declarando que “não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. No artigo 5º de nossa Carta Magna lê-se: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2005), mas na prática a realidade é outra, como expressa Silva e Nardi:

Entretanto bem se sabe que, na prática, não é isso que acontece. Há pessoas que, por possuírem e adotarem determinadas condições de existência e expressão de sua sexualidade, como no caso da orientação sexual homossexual, são tratadas de maneira desigual se comparadas a outras em mesmas situações e locais, sendo vítimas de discriminação (SILVA e NARDI, 2011, p. 255).

Até os dias atuais o preconceito e a discriminação sexual são presentes e constantes na sociedade brasileira; e não se pode isentar a escola de tais manifestações. A temática da sexualidade humana não é foco deste trabalho, contudo, trata-se de algo que, de alguma maneira, também é abordado, já que ao direcionar o olhar para a diversidade, não é incomum a confusão entre orientação sexual, sexo e gênero. Na escola a compreensão do que é gênero ainda é bastante precária, contribuindo para a discriminação e o preconceito, conforme ressaltam Castro et al. (2004) e Lima (2012). Conforme esclarece este último,

¹ *World Health Organization. Sexual health* [Internet]. Genebra: WHO; 2017. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/. Acesso em 2 nov. 2019.

Na maioria das vezes, nossa falta de segurança e não aprofundamento sobre determinados temas nos direcionam para uma postura não satisfatória ao nosso senso crítico. Logo, continuamos a manter a função da escola de reprodutora de estereótipos ultrapassados que não condizem mais com o perfil da sociedade contemporânea. Ou seja, a escola continua a ignorar o trabalho com temas relacionados à diversidade, ao preconceito racial, às questões de gênero, sexualidade e orientação sexual (LIMA, 2012, p. 33-34).

Trata-se de autores que pesquisaram a escola e a falta de preparo dos professores para discutir a temática da juventude e do preconceito. A escola não está acompanhando o ritmo de informações produzidas na sociedade atual em suas diversas dimensões. Para uma grande parte dos educadores há uma imensa preocupação em obter formas inovadoras para atrair o interesse e a atenção do aluno em aula, mas, diariamente, existem inúmeras situações conflituosas em que não há um posicionamento adequado dos docentes – ora por não ter um aprofundamento sobre alguns temas, ora pela falta de segurança em confrontar o senso comum.

Para conviver com a diversidade no âmbito escolar é necessário a capacidade e o conhecimento dos profissionais envolvidos acerca das questões atinentes, fortalecendo ações de combate aos preconceitos e à discriminação, respeitando os valores e visões de mundo contrapostas ao padrão estabelecido. Temas como diversidade, gênero e sexualidade poderiam ser tratados com uma base teórica, que permita a reflexão real sobre as polêmicas implicadas.

Para Castro et al. (2004), muitos professores são coniventes não assumidos com a discriminação em relação a homossexuais, ao considerarem que expressões de conotação negativa em relação a estes seriam apenas brincadeiras e coisas sem importância. De outra parte, há também a perspectiva comum que nega ou negligencia a diferença. Há, ainda, aqueles que negam até mesmo a existência de preconceito ou discriminação e desigualdade. São vários os trabalhos e pesquisas que apontam o quanto os docentes tornam invisíveis as diferenças sexuais e de gênero na escola.

Bortolini (2008, 2011) pesquisou a ação da escola acerca da diversidade sexual, que pode ser compreendida por frases como estas: “o professor quer o rendimento quanto ao conteúdo programático do aluno e pronto (...); para o professor, o aluno não tem sexo”. Existe aqui uma ideia de universalismo que diminui a importância da diversidade sexual na escola. Ao investigarmos quais relações de poder e repertórios de significados estão em jogo na construção relacional do eu e do outro na escola, percebe-se que há um modelo identitário fixo, quando os assuntos são gênero e sexualidade, tomados que são como a própria essência

humana. Ora, se há um padrão universal, o que destoia dele torna-se desvio; como não há disposição, coragem e interesse para se discutir o que é realmente universal nos seres humanos, tal desvio pode simplesmente ser ocultado. Assim, falamos “homem” quando nos referimos a toda humanidade. E falamos da heterossexualidade como pressuposto universal. Essa perspectiva heteronormativa (BUTLER, 2003) atravessa todo o currículo e a prática pedagógica, até mesmo nos programas e projetos que trabalham especificamente com sexualidade na escola (BORTOLINI, 2011).

Junqueira (2009), Bandeira & Hutz (2010) e Fante (2005) escreveram sobre bullying e a negação da homofobia nas escolas. Basta ingressar na pré-escola para que a criança se depare com brincadeiras de meninas (bonecas, casinha etc.) e de meninos (carrinhos, lutas etc.). No ensino fundamental e médio, por exemplo, os jogos dão continuidade a divisão entre meninos (futebol) e meninas (corda, elástico etc.), justamente em um período em que os jovens estão definindo sua sexualidade; tais brincadeiras levam a uma imagem e uma interpretação estereotipada, atualizando preconceitos integrados aos papéis e as diferentes orientações sexuais, conforme assinalam Góis & Soliva (2011).

Estudos recentes têm apontado os problemas pelos quais passam aquelas pessoas que sofreram violência na escola. O que se convencionou chamar de bullying destaca-se como tema de debates no campo da educação. Tal prática entre os estudantes ocorre por meio da violência gratuita sem motivação aparente, de maneira repetitiva, fazendo com que a vítima sofra com discriminações, constrangimentos, exclusões, situações vexatórias, entre outras ações, sempre com o objetivo de humilhar, inferiorizar e dominar.

Em síntese, o bullying parece ser uma forma de violência mais indiferenciada do que a presente no preconceito mais arraigado, que tem alvos definidos e justificativa para sua existência, e corresponder a uma maior fragilidade do indivíduo que o pratica; nesse sentido, o preconceito menos delineado pode ser a atitude que pode levar à ação do bullying; esse também parece expressar melhor uma cultura homogênea, que, pela (falsa) formação, constitui indivíduos frios, insensíveis e com dificuldades de formular seus desejos e os reconhecer, o que pode direcioná-los a uma forma de violência difusa, ao contrário do preconceito que se fixa em necessidades mais bem delimitadas (CROCHÍK, 2015, p. 54).

As pesquisas sobre bullying mostram que as vítimas, agressores e expectadores, podem apresentar tanto déficit no processo de ensino e aprendizagem quanto nos aspectos sociais e emocionais, comprometendo o desenvolvimento de sua personalidade e de suas relações sociais. O bullying presente no ambiente escolar causa desordens e perdas a todos os

envolvidos, e à escola cabe um comprometimento efetivo com objetivo de eliminar esse problema. Para aqueles alunos que manifestam comportamentos que os afastam das expectativas hegemônicas de gênero, essa violência é acentuada com a utilização dos preconceitos em torno da homossexualidade. Muitas vezes, este tipo de violência é ignorado pelos professores e pelo corpo técnico-pedagógico da escola.

Em geral, esses profissionais tendem a se relacionar de duas maneiras com a violência homofóbica no universo escolar: pelo silêncio ou pelo apoio velado ou mesmo explícito a ela. Ambas as formas reforçam a percepção de que é um problema ou desvio a existência de alunos não heterossexuais, ou que não se enquadram na estrutura binária heterossexista, o que perpetua a atribuição social em torno dos gêneros masculino e feminino e promove a punição ao comportamento transgressor.

Esta dissertação foi dividida em sete tópicos, além da introdução, considerações finais, referências bibliográficas e anexos. No primeiro são apresentadas algumas considerações sobre as relações de gênero na sociedade capitalista, com um apanhado histórico e seus avanços e retrocessos; o segundo reflete sobre a ideologia de gênero (uma falácia oportuna); já o terceiro tópico discorre sobre o conceito de preconceito; no quarto são apresentados os problemas de pesquisa, objetivos e método; no quinto tópico elucida-se como a inspiração para formular a Escala PG (Preconceito de gênero); o sexto busca descrever o processo de validação da Escala PG, seguido do sétimo e último tópico, no qual são apresentados e analisados os resultados da Escala utilizada nesta investigação.

1. GÊNERO NA SOCIEDADE DO CAPITALISMO TARDIO

As questões de gênero no capitalismo estão ligadas diretamente com a luta do movimento feminista e suas estratégias de enfrentamento contra as diversas formas de opressão, ausência de direitos e violências sofridas pelas mulheres. As relações de gênero na sociedade patriarcal, burguesa e capitalista refletem a dominação masculina em todos os setores: na política, na profissão e no poder de escolha sexual-afetivo. Verifica-se a “naturalização” da subordinação feminina, com a mulher desde sempre vista como diferente e inferior ao homem dominador e opressor; entender gênero como uma construção histórica, social e cultural permite a desnaturalização da inferioridade e subordinação da mulher; além disso, permite entender que as diferenças entre homens e mulheres não são intrínsecas, mas produto de práticas construídas, transformadas e reproduzidas social e culturalmente.

A divisão social do trabalho nas sociedades patriarcais tradicionais estava baseada e se justificava nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. De forma hierárquica a supremacia masculina coloca as mulheres em posição de subalternidade, como as únicas e exclusivas responsáveis pelo cuidado com a família e pelas tarefas domésticas; no capitalismo, mesmo com a aceitação delas no mercado de trabalho, tais tarefas permaneceram como obrigação da mulher e, com isso, a dupla jornada de trabalho é uma condição, muitas vezes, para permanecer no mercado formal de trabalho.

A primeira divisão de trabalho, entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família moderna nada mais é do que a expressão dessa “derrota histórica” das mulheres, ou seja, algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço (ARAÚJO, 2000, p. 66).

Importante ressaltar que na configuração da divisão de gênero no mercado formal de trabalho, mesmo em uma sociedade patriarcal, estão inseridas diversas lutas que envolvem classe social, raça e orientação sexual. Portanto, é necessário considerar as particularidades de todas as formas de opressão e violação de direitos que sofrem cada grupo em particular, mas sem perder de vista a lógica da dominação social imposta pelo capital. Se a luta da mulher negra é diferente da luta da mulher burguesa, que é diferente da mulher operária, que é

diferente da luta da mulher com orientação sexual não heterossexual, que é diferente da mulher não binária, de outra parte, a opressão sexual e a exploração de classe se entrelaçam e se articulam, fazendo com que o capitalismo se aproprie dessa divisão de gênero desigual do trabalho.

Entendemos, assim, que a busca pela igualdade de gênero está para além da equidade entre masculino e feminino, ou mesmo da conquista de um novo papel para a mulher na sociedade. O que só pode ser obtido com igualdade substantiva na vida social, na qual mulheres e homens de diferentes raças/etnias, orientação sexual e identidade de gênero, possam vivenciar sua diversidade sem opressão [...] (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 13).

A questão de classe é determinante e fundamental nas lutas sociais, e a luta pela igualdade de gênero não está isolada das lutas contra as demais formas de opressão que afetam e condicionam a vida de milhões de pessoas (violentadas por causa da orientação sexual, da raça, da etnia, do gênero, da origem social etc.); mais do que isso: a dominação exercida sobre um grupo de pessoas, por causa de suas especificidades, está vinculada à dominação econômica e de classe. É evidente que o sofrimento, que os mecanismos de opressão e as manifestações de preconceito são diferentes de um grupo para o outro, mas na sociedade do capitalismo tardio talvez possamos afirmar que há um elemento (o econômico) que unifica todas as formas de opressão. Se é assim, a resistência merece ser organizada em função exatamente dessa realidade e contra o poder de integração que o capital exerce sobre todas as formas de organização social e cultural. As mulheres sofrem com o preconceito e com a discriminação de gênero; e a compreensão do antagonismo de classe é essencial para nunca generalizar todas as mulheres e as formas de opressões a que são submetidas.

A divisão sexual do trabalho impõe, por exemplo, que as tarefas domésticas são compulsórias para as mulheres, bem como o cuidar da família e amenizar seus conflitos. Isso contribui fortemente para inferiorização das profissões “ditas” femininas, justamente por reproduzirem a imagem do cuidar – tal como as professoras e as enfermeiras. De outra parte, existe uma grande quantidade de empregos que não requer muita qualificação e pouquíssima educação formal; e há um descompasso claro entre as promessas da escolarização e a criação real de empregos na economia de livre mercado, que se alimenta da desigualdade evidentemente relacionada à extrema divisão de classe, raça e gênero (APPLE, 2003). Por fim, podemos assinalar que liberdade e a propriedade privada estão entrelaçadas, com a primeira reduzida à independência econômica. De qualquer maneira, tornou-se sinal de

dignidade o fato de alguém alcançar o sonho da independência econômica, algo que, no fundo, quer dizer apenas que os indivíduos com razoável posse e poder aquisitivo estão em melhores condições que a maioria na luta pela autopreservação. De acordo com Apple (2003), e considerando a dinâmica de classe, gênero e raça, a definição de liberdade baseada em uma independência econômica marca a linha divisória entre indivíduos com independência e os dependentes. Nas palavras do autor:

A definição também se baseia em relações de gênero, uma vez que esse ideal de autonomia tem sido historicamente definido como uma característica masculina, sendo a mulher vista dependente. Além disso, os escravos e pessoas de cor em geral eram vistos como animais ou infantis (APPLE, 2003, p. 17).

No decorrer do século XX, a docência registrou o início de sua feminização, chegando aos dias atuais como uma profissão majoritariamente composta de mulheres, o que contribuiu para uma desvalorização da profissão, pois a presença feminina apenas reforçou a imagem da docência enquanto uma profissão secundária. Em uma sociedade em que os homens assumem o papel de provedores, as mulheres ficam com profissões pouco remuneradas e reconhecidas. E mesmo com um cenário completamente diferente atualmente, com muitas mulheres exercendo o papel de provedora, o reconhecimento e a remuneração ainda são muito inferiores se comparados aos salários de outras profissões de nível superior.

[...] rapidamente o magistério primário vai se tornando feminizado; os obstáculos às reivindicações de melhoria de padrão de remuneração econômica advêm do fato de que o salário da mulher é visto como uma espécie de renda suplementar e não principal, já que o lugar das mulheres na hierarquia social é determinado pelo *status* de seus maridos. A feminização é mais um dos elementos a ser considerado ao se analisar os projetos de ascensão dos docentes na hierarquia socioprofissional (COSTA, 1995, p. 80).

É com base nesta prática sexista, entre outras razões, que podemos entender a precarização da profissão docente, pois o capital se beneficia do fato de a sociedade patriarcal manter as mulheres sujeitadas aos homens, inclusive com menores salários e piores condições de trabalho.

A questão de gênero torna-se um motivo fundamental para refletirmos sobre a presença da mulher no mercado de trabalho; presença esta que é culturalmente combatida,

diariamente, de forma velada e, por vezes, inconsciente nos próprios ambientes de trabalho. A resistência à ocupação feminina de postos de liderança e direção é evidente, afinal “aprendemos” que as mulheres se preocupam com os sentimentos, cuidando da segurança emocional dos seus alunos, assim como dos membros da sua família.

A atenção sobre a reprodução da dominação de classe, de gênero e de raça na escola tem sido recorrente nas pesquisas recentes. Muito disso deve-se ao fato de as mulheres trabalharem na escola e em casa; e, também, garantirem presença cada vez mais marcante no mundo acadêmico e político. O interessante é que mesmo com a intensificação do trabalho e persistência das relações patriarcais, o serviço doméstico, antes visto como essencialmente feminino, passou a ser encarado e compartilhado com os homens, o que desafia a divisão sexista do trabalho doméstico, ainda que estejamos muito longe de atingirmos a igualdade de gênero. Assim, a luta deve ser permanente para a ruptura e a superação da atual divisão sexual do trabalho – sem isso o resultado será a continuidade de maior sobrecarga na mulher, em decorrência da exploração não remunerada do trabalho em casa. Isso sem contar o fato de que existe uma porcentagem considerável de professoras, provedoras, que moram apenas com seus filhos, com responsabilidades dobradas em todas as esferas (financeira, social e emocional) de suas casas.

Em tempo, é preciso considerar ainda que a mulher professora, além da luta por igualdade, no sentido amplo da palavra, precisa estar atualizada com olhar progressista para as questões de gênero na escola. A socialização vivida na escola, além dos conteúdos ensinados, pode oferecer contribuições no combate à educação sexista; e isso desde a tenra idade. As influências que seguem são variadas, e os alunos aprendem e se apropriam de certas representações, inicialmente por imitação mais ou menos consciente, e, depois, interiorizando de forma duradoura os padrões, esquemas e disposições. Dessa maneira, o trabalho do professor pode ser direcionado, de modo que seus alunos reflitam sobre as relações de gênero e sobre como eles próprios compreendem e vivem tais relações.

Seja como for, a escola e a família são instituições condenadas a cooperar uma com a outra, ainda que muitas vezes aconteça exatamente o contrário. Isso porque o desenvolvimento dos alunos acontece quando estes conseguem perceber as diferenças entre os adultos que estão na escola e os que estão em sua casa. Em outras palavras, são dinâmicas as diferenças que oferecem experiências igualmente distintas. A valorização dessa situação – seja por parte dos professores, seja por parte dos pais – pode se constituir em uma poderosa ferramenta educativa. E é por intermédio dos alunos, que escola e família se comunicam,

mesmo que indiretamente e de forma tensa e conflituosa. Assim, temos a possibilidade de confrontar a função social da escola, no combate ao sexismo dominante na sociedade capitalista, e a função da família como educadora das novas gerações, no que se refere à sua impotência ante ao avassalador poder econômico. É nestes termos que podemos compreender a crise das instituições escolar e familiar: a segunda se contrapõe a primeira, por esta parecer retirar o que resta do *pater familias*.

O conceito de gênero é essencial para compreender como a subordinação da mulher foi produzida, e a dominação masculina apoiada em manifestações múltiplas. A atuação do movimento feminista, no contexto social contemporâneo no Brasil e no mundo, protagoniza e articula questões no âmbito da sexualidade, do trabalho e da política com pautas importantes, tais como igualdade racial, direito reprodutivo, homossexualidade, transexualidade, entre outros; reconhece-se a necessidade de uma luta mais vasta em busca de uma sociedade baseada no respeito à diversidade (no sentido amplo da palavra), longe de preconceitos e sem a necessidade de dominação e exploração do outro; para tal caminho ser, de fato, uma alternativa é indispensável reforçar o combate ao capitalismo.

2. A IDEOLOGIA NA NOÇÃO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO

Infelizmente, o fascismo é crescente no mundo todo, o ódio destilado contra imigrantes, negros, nordestinos (no caso brasileiro), gays e lésbicas, ou qualquer um que simbolize o diferente, é demonstrado abertamente sem nenhuma timidez pelos supremacistas. No Brasil, os apoiadores da tortura e do discurso “bandido bom é bandido morto” destilam seu ódio abertamente, enaltecendo quem se propõe a combater os responsáveis pelo mal que “assombra” o país: LGBTQIA+, índios, comunistas, mulheres que não aceitam seu papel na sociedade patriarcal, negros ou quem, na lógica fascista, seja “imoral” e/ou “vagabundo”, contra os “trabalhadores de bem” (na verdade, são atacados todos aqueles que representam a ameaça de perda das posições de poder, alcançadas por meio da opressão e mantidas com base na desigualdade social). Não há como falar sobre preconceito de gênero sem citar uma falácia chamada, de forma oportunista por alguns líderes religiosos, políticos conservadores e fascistas, de “ideologia de gênero”, expressão esta usada para confundir e desinformar a opinião pública, fortalecer o patriarcado e, conseqüentemente, o capitalismo, impedindo a igualdade e equidade de gênero, assim como a promoção de políticas públicas e avanços nos direitos para as pessoas LGBTQIA+, e progresso nas questões de identidade de gênero e orientação sexual.

A origem do termo pode ser localizada em meados dos anos 1990 e início dos anos 2000; trata-se de uma invenção católica e antifeminista afinada com o pensamento do papa João Paulo II, reforçada nos textos do cardeal alemão Joseph Ratzinger, futuro papa Bento XVI, entre outros personagens, em oposição às ideias oriundas da segunda onda do movimento feminista, que apontou a desigualdade econômica entre homens e mulheres, distinguiu sexo e gênero, além de orientar a substituição nos documentos da ONU do termo mulher para gênero, na Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995).

A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos (ONU, 2020).

Já o papa Francisco, no ano de 2015, em visita às Filipinas, de sua parte também condenou a suposta “ideologia de gênero”, afirmando ser uma prática ocidental, que tende a impor uma agenda LGBTQIA+ a outras nações, chamando isso de “colonização ideológica”. Sua posição é a de que tal ideologia ataca as famílias com ideias para mudar mentalidades e estruturas, influenciando pessoas e sociedades. O papa desconsidera, ao chamar de “colonização ideológica”, o fato de a religião católica ter disseminado, por meio de um processo colonial violento, os valores europeus e suas “verdades” em questões de raça, sexualidade, gênero e corporeidades (ARARUNA & CARNEIRO, 2017). Os padrões de comportamento em relação aos papéis de gênero e ao comportamento sexual, assim como a organização familiar, foram impostos no período colonial, com a incorporação e dominação europeia, cristã e branca (SILVEIRA, 2014). Tal norma foi decisiva para legitimar um único padrão de sexualidade e gênero nos territórios colonizados, sendo considerado anormal e desviante qualquer pessoa fora do padrão heterossexual e cisgênero².

A discussão sobre a chamada “ideologia de gênero” ganha força ao ignorar a construção social, o conjunto de papéis e características impostas ao indivíduo, relacionados ao seu sexo, e ao afirmar que a insistência em diferenciar sexo e gênero fere a dignidade do matrimônio, as leis dadas pela natureza humana e os imperativos divinos e sagrados. É por isso que, diante da promoção sistemática da desinformação, intimidação, estigmatização do adversário e pânico moral (por parte desses “defensores dos valores tradicionais”), muitos podem ser levados a concluir que a “ideologia de gênero” serve aos propósitos dos que querem se impor por meio de doutrinação, como se o fato de o mundo ocidental ser predominantemente cristão também não fosse resultado de doutrinação (JUNQUEIRA, 2019).

Mesmo com a origem do termo ligada à igreja católica, muitos religiosos de outras religiões, principalmente os neopentecostais, se apropriaram dele e se tornaram adeptos do combate da chamada “ideologia de gênero”. Claro que nem todos os religiosos cristãos sucumbem a essa óptica, tampouco que seja exclusivamente religiosa; tal retórica tem sido propagada por conservadores, neoliberais e, até mesmo, por membros da esquerda (CORRÊA, 2017). Seja como for, e não por acaso, observa-se por parte desses “cruzados” uma frequente preocupação em ocultar a origem católica do discurso e do movimento antigênero. Para evitar que suas ofensivas sejam percebidas como uma resposta religiosa tradicionalista, procuram

² Para maiores detalhes sobre a construção da heteronormatividade no período colonial, recomenda-se: Guilherme Andrade Silveira. Sob a ótica pós-colonial: a modernidade e a construção da homofobia. *Revista NAU Social*, v. 5, n. 06, p. 83-94, 2014.

conferir a elas uma feição universalista; como se fosse uma obrigação ética e um compromisso com a humanidade denunciar a “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2019). Nesse sentido, e de acordo com Jorge Scala³ (2010), um dos mais ferrenhos combatentes da “ideologia de gênero”, esta se constitui em um projeto da esquerda, em escala mundial, com o propósito de destruir a heterossexualidade e a família cristã, impondo uma nova forma de organização social. Tal empreitada gera pânico generalizado, pois que traz à tona o medo das pessoas serem manipuladas (como se isso já não acontecesse) e de serem obrigadas a renunciarem seus valores e princípios (como se estes fossem dignos de preservação). Todavia, é ocultado que os estudos de gênero visam compreender as diferenças entre sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero, tendo como parâmetro a busca por igualdade e equidade entre homens e mulheres.

No Brasil, o termo “ideologia de gênero” foi rejeitado pelo mundo acadêmico, mas ganhou força entre os religiosos conservadores e membros da extrema direita à medida que avançaram os direitos, tais como a união civil, o direito à pensão, entre outros para a comunidade LGBTQIA+. No setor da educação, a bancada neopentecostal e seus aliados conseguiram barrar o projeto *Escola Sem Homofobia*, além de retirar os termos gênero e orientação sexual do Plano Nacional da Educação e, também, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Importante é assinalar que tais ações contrariam as orientações da ONU e da OMS no sentido de aprofundar os debates sobre sexualidade e gênero, o que poderia colaborar para a educação de qualidade, mais equitativa e inclusiva.

Tais decisões vão contra às recomendações internacionais e à maioria das pesquisas acadêmicas. Segundo a Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, produzida pela ONU e pela OMS (Organização Mundial da Saúde), a educação sexual, que deve incluir a perspectiva de gênero, contribui para a igualdade de gênero, incentiva a criação de relacionamentos respeitosos e equitativos e impacta os esforços de prevenção de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e gravidez precoce (MENEZES, 2019).⁴

³ Jorge Scala é argentino, advogado e professor de Bioética na Universidad Libre Internacional de las Américas. Também é professor honorário da Universidad Ricardo Palma. Já recebeu o Prêmio João Paulo II, em defesa da vida, da Universidade FASTA (Fraternidad de Agrupaciones Santo Tomás de Aquino).

⁴ Para maior aprofundamento sobre o uso do termo “Ideologia de gênero”, recomenda-se: Rogério Diniz Junqueira. A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v.18, n.43, p. 449-502, 2018; Rogério Diniz Junqueira. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019, p.135-140; Luiz Fernando Menezes. Desenhamos fatos sobre a 'ideologia de gênero'. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/denhamos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 8/12/2019; Richard

Segundo Miskolci & Campana (2017), para impedir avanços dos direitos reprodutivos e sexuais, as organizações evangélicas se uniram à “causa”, também presente em diversos países, e se associaram a outros grupos não religiosos. No Brasil, em 2004, foi criado o Programa Escola sem Partido. Segundo seus defensores, trata-se de uma reação às práticas educacionais definidas por eles como doutrinação política e ideológica na sala de aula e usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos. O programa Escola sem Partido foi fundado e é coordenado por Miguel Nagib; o nome do programa e as expressões escolhidas para apresentar suas pautas conservadoras iludem muitos simpatizantes, pois significam exatamente o oposto do que o movimento é na realidade, ou seja, existem sim partidos e ideologias na origem e no crescimento dessa onda de “desideologização” das salas de aula, conforme esclarece Moura (2019):

O que a história contada pelo movimento não diz é que Nagib foi membro do Instituto Liberal de Brasília, cuja missão é defender e difundir valores neoliberais com o apoio financeiro de grandes grupos econômicos. Foi nesse espaço seu maior contato com as teses de Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, ideólogos da concepção de ‘doutrinação’ na educação brasileira. Também foi nesse espaço que Nagib conheceu o sociólogo Bráulio Porto de Matos, hoje vice-coordenador do movimento Escola Sem Partido (MOURA, 2019).

São relativamente recentes os ataques à chamada “ideologia de gênero” nas discussões em sala de aula, mas também são recentes as discussões das questões de gênero na escola. Já os estudos de gênero estão baseados em parâmetros científicos e já fazem parte há um pouco mais de tempo dos debates acadêmicos, conforme ressalta Moura (2016). Com a expansão do movimento feminista no Brasil e no mundo, os estudos sobre gênero apontaram as diferenças e as relações sociais entre mulheres e homens, assim como a não relação imediata do sexo com os papéis de gênero, o que tem o potencial de libertar a mulher da submissão do sistema patriarcal. Logo, ensinar e obrigar crianças e adolescentes a incorporar masculinidades e feminilidades, com seus respectivos papéis e atributos de gênero, baseados essencialmente no sexo biológico, isto, sim, deve ser chamado de ideologia de gênero.

Miskolci & Maximiliano Campana. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Soc. Estado*, v.32, n.3, p. 725-748, 2017.

3. O PRECONCEITO

Entende-se o preconceito como uma predisposição, uma atitude voltada contra o objeto (coisa, pessoa, grupo, sociedade, cultura, natureza etc.), que leva a um conceito desfavorável e previamente concebido, baseado somente no sentimento hostil de um indivíduo ou grupo, antes de qualquer experiência com o não idêntico. Motivado por hábitos de julgamento que estabelecem categorizações, criando estereótipos ou generalizações apressadas, o preconceito provoca, naqueles que o empregam, um elemento afetivo e qualitativo não determinado pela realidade do objeto alvo do preconceito, portanto, o preconceito tem mais relação com as normas de valores do indivíduo preconceituoso, do que com as particularidades, de fato, daqueles que se tornam suas vítimas.

E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 142).

Segundo Crochík (2011), o preconceito se instala no desenvolvimento individual como um produto das relações entre os conflitos psíquicos e a estereotipia do pensamento. As pesquisas sobre o assunto apontam que o indivíduo, ao apresentar o preconceito em relação a um objeto específico, tende a apresentá-lo em relação a outros objetos também, revelando uma possível independência do sujeito portador do preconceito em relação ao objeto ao qual esse se destina. Por exemplo, nos estudos de Crochík (2001) sobre o preconceito, o autor conclui que o preconceito diz mais do preconceituoso do que da vítima. Ao citar Horkheimer e Adorno (1985), comenta:

O preconceito não se relaciona imediatamente com o seu alvo, pois é mediado por necessidades psíquicas e sociais, assim, o contato do preconceituoso com o objeto, real ou potencial, de seu preconceito, não pode ser plenamente satisfatório, ainda que sejam seguidas as condições favoráveis a ele, conforme apresenta a literatura da área. As necessidades psíquicas das pessoas envolvidas, assim como fatores associados mais diretamente à contradição social, podem impedir que a diminuição do preconceito ocorra. Certamente, características de personalidade são consideradas como um fator importante nos estudos sobre a hipótese do

contato, mas essas, segundo o referencial frankfurtiano, não devem ser consideradas independentemente da sociedade (CROCHÍK, 2001, p. 81).

São muitos os estereótipos presentes nos preconceitos que são dirigidos a variados objetos, e algo destes deve estar presente na composição daqueles estereótipos, ainda que não seja mencionado nada do próprio objeto na sua composição e enunciação. Portanto, pode-se afirmar que o indivíduo propenso ao preconceito não depende da experiência com o objeto para se realizar como preconceituoso, muito embora, reafirme-se, o objeto não seja totalmente independente do estereótipo correspondente a ele. Seja como for, ainda que o preconceito expresse mais o que constitui o preconceituoso do que sobre a vítima, a estereotipia em relação a gênero é diferente daquele que se volta contra o negro que, por sua vez, também não é igual ao estereótipo sobre o judeu, ainda que os dispositivos psicológicos envolvidos em todas essas operações tenham similaridades.

Os estereótipos do homem adulto, forte, empreendedor, independente, funciona como padrão de ideal social. Que ele não possa ser independente, uma vez que também depende das circunstâncias sociais; que ele continue frágil, quer frente à vontade coletiva, quer porque, como Freud (1986) mostrou, o passado que é vivido como fragilidade frente ao mundo adulto sobrevive no adulto, são dados que devem ser ocultados de sua consciência. Certamente, os estereótipos que ele atribui ao outro e a si mesmo contribuem para isso (CROCHÍK, 1996, p. 50).

Entende-se como preconceito de gênero toda manifestação ou tendência de atitude que leve à discriminação dos indivíduos não enquadrados na heteronormatividade binária ou que não atendam as expectativas dos papéis de gênero esperados e atribuídos social e culturalmente pela sociedade. O preconceito se refere a um fenômeno complexo, um condicionamento psicológico e dinâmico surgido na relação entre indivíduo e sociedade; essa compreensão apoia-se no pensamento de Horkheimer e Adorno (2006):

Segundo a teoria psicanalítica, a projeção patológica consiste substancialmente na transferência para o objeto dos impulsos socialmente condenados do sujeito. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Deste modo, consegue livrar-se deles como uma reação a esse mundo exterior, seja imaginariamente pela identificação com o pretense vilão, seja na realidade sob o pretexto de uma legítima defesa (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 158).

Atualmente, no Brasil e no mundo vivemos um momento de profundo aumento do reacionarismo político, acompanhado do crescimento da violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ e da sanha por controle sobre suas vidas e seus corpos. O crescimento do racismo, do feminicídio e lgbtfobia⁵, além da perseguição e repressão aos movimentos populares e sociais, nos remete a uma reflexão e uma comparação aos elementos do antissemitismo, citados por Horkheimer e Adorno na *Dialética do esclarecimento* (2006), em especial o primeiro elemento. Conforme asseveram os autores, para os fascistas os judeus não eram uma minoria e sim uma antirraça, da qual a felicidade do mundo dependeria da sua eliminação. A violência contra integrantes da comunidade LGBTQIA+ em tempos de fascismo pode ser compreendida pelo mesmo esquema: o grupo não é encarado como minoria, mas como o princípio negativo a ser exterminado; estigmatizado pela lógica social que produz e estimula o preconceito como um mal irrestrito, atrai sobre si a vontade de destruição gerada como uma espécie de alimento da agressividade necessária para a reprodução da sociedade hierarquizada – assim como os judeus para o antisemita.

Para o indivíduo preconceituoso, os negros e as mulheres devem ser colocados em seu lugar (de exploração e servidão para os detentores do poder econômico); já integrantes da comunidade LGBTQIA+ precisam permanecer quietos e invisíveis (dentro do “armário”), caso contrário, devem ser eliminados.

Eles achavam que era o antissemitismo que vinha desfigurar a ordem, quando, na verdade, é a ordem que não pode viver sem a desfiguração dos homens. A perseguição dos judeus, como a perseguição em geral, não se pode separar de semelhante ordem. Sua essência, por mais que se esconda às vezes, é a violência que hoje se manifesta (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 140).

Os estudos sobre a personalidade autoritária, realizado pelos autores da teoria crítica da sociedade, especialmente Adorno, permitiram verificar a relação entre a adesão a tipos de ideologia política – liberal ou conservadora – e conformações da personalidade predispostas ou não ao fascismo, portanto, ao preconceito. Para Adorno (2015), um dos resultados mais concretos de *A personalidade autoritária* foi a descoberta de que indivíduos com caráter predispostos a aderir ao totalitarismo, são imensamente perturbados por fantasias de perseguição contra o que lhes parece divergentes, segundo seu entendimento sexual, e por

⁵ Entende-se por lgbtfobia o medo e o ódio contra os integrantes do grupo LGBTQIA+ (Gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros/transsexuais, queer, intersexo, assexuais e outras possibilidades).

representações sexuais tidas como “selvagens”, que geralmente rejeitam em si e projetam em grupos externos. Os tabus sexuais alemães também compuseram a síndrome ideológica e psicológica do preconceito, que ajudou o nacional-socialismo a formar sua base nas massas e sobrevivendo em uma configuração despolitizada, segundo seu conteúdo manifesto conforme analisou Adorno (2015). Se é possível atribuir ao preconceito e à personalidade autoritária um componente político, conforme indicado no excerto a seguir, que expõe uma das hipóteses da pesquisa sobre *A personalidade autoritária* (ADORNO et al., 1965), também não devem ser menosprezados os componentes advindos da sexualidade, e do modo como se desenvolvem nos indivíduos.

A hipótese era de que necessidades psíquicas mediavam a escolha de ideologias, e assim aqueles que seriam predispostos a desenvolver preconceitos tenderiam a aderir à ideologia conservadora, e aqueles que não tivessem essa predisposição dariam preferência à ideologia liberal, que se configurava, à época, como a perspectiva de tornar a sociedade mais justa e os homens mais livres; e a ideologia conservadora, como perspectiva de manter o *status quo* (CROCHÍK, 2005, p. 309).

Seja como for, ao entender o preconceito como um dos meios fundamentais de promoção e reprodução da barbárie, os autores da teoria crítica da sociedade, com suas elaborações, permitem a reflexão sobre o papel da escola como um caminho próspero para a resistência ao preconceito e sua reprodução. A autorreflexão crítica, o conhecimento que a psicologia e a sociologia proporcionam sobre as motivações que produzem a agressividade e a violência, a educação política e a valorização das experiências intelectuais podem ser fontes de resistência para os indivíduos, com a conseqüente não adesão às tendências que promovem a barbárie.

4. PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODO

A infância e adolescência são fases de suma importância na vida dos seres humanos e correspondem justamente ao período de escolarização. É um momento determinante para a compreensão e orientação das práticas de cada sujeito diante de sua própria identificação. De modo geral, crescemos com a concepção de que “é da natureza” mulheres serem e agirem de uma forma diferente dos homens e vice-versa.

De outra parte, ao pensarmos no aspecto masculino e feminino é importante marcar a distinção entre sexo biológico (corpo/natureza) e gênero (cultura/atitudes); este último, portanto, aspecto sociocultural construído historicamente pelo e no indivíduo, englobando comportamentos, preferências, orientações, disposições, interesses, formas de se vestir, andar e falar e, claro, relacionadas a “ser homem” e “ser mulher”. Seja como for, as diferenças entre masculino e feminino são sociais e carregam em si relações de poder e dominação. Desde o nascimento, meninos e meninas são ensinados a agir de acordo com o modo a partir do qual são identificados e a ter um papel de gênero “adequado”.

Com base nessas considerações, define-se como problema de pesquisa: quais são as tendências de atitude dos professores e alunos em relação às questões de gênero?

Objetivo

Analisar o posicionamento de professores e alunos em relação às questões de gênero e as tendências de atitude preconceituosas em função da diversidade de gênero no ambiente escolar, assim como comparar a disposição dos grupos tal como compõe a amostra.

Método

A ideia inicial era investigar duas escolas, uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), localizada na zona Sul de São Paulo, no bairro do Valo Velho, e uma EMEB (Escola Municipal de Educação Básica), localizada na zona leste de Diadema; porém, para obter uma amostra com maior quantidade para a pesquisa, acrescentaram-se mais duas escolas: uma EMEB da cidade de Diadema (SP) e uma EEEF (Escola Pública Estadual), localizada em Itapeperica da Serra (SP), totalizando os envolvidos na pesquisa em 66 docentes do ensino fundamental I e II e 85 estudantes do ensino fundamental II. A finalidade

era identificar e analisar, por meio das respostas a uma escala elaborada para este fim, as ações e tendências de atitude dos professores e alunos diante dos conflitos relacionados às questões de gênero. Tal escala foi formulada com base em minha experiência como professora e na militância como mulher e lésbica com uma expressão de gênero masculina, o que forneceu elementos importantes para elaboração dos itens. Também foram consultados e serviram de inspiração trabalhos de autores como Leon Crochík, Mariana Reis, Maria Amélia Zampronha, além de artigos encontrados na internet, bem como a Escala F, base do estudo conduzido por Adorno e colaboradores (1966), na década de 1940, sobre a personalidade autoritária nos EUA, bem como outros e artigos sobre tal temática.

Outras fontes de informação seriam a observação de estudantes e docentes na escola e questionário respondido pelo segundo grupo. Porém, ponderou-se que estes meios e procedimentos talvez não produzissem resultados interessantes, uma vez que o preconceito não se manifesta de forma explícita na maior parte das vezes e, também, não pode ser verificado a todo momento no comportamento das pessoas, pois as ações delas podem conter variados condicionantes, o que dificultaria a identificação imediata e objetiva do preconceito em relação a gênero.

A escala de atitude, do tipo Likert, apresentou aos respondentes cinco opções para cada afirmação: *concordo plenamente*; *concordo parcialmente*; *nem concordo, nem discordo*; *discordo parcialmente*; e *concordo completamente*. Decidiu-se pela manutenção do ponto neutro da escala, o que será mais bem esclarecido adiante, tudo isso baseados em estudos já realizados que também mantêm o ponto médio (*nem concordo, nem discordo*), uma vez que interessava não passar uma ideia de radicalidade nas respostas.

A validação da escala foi realizada por meio de estudo piloto, para maior precisão dos dados, com sujeitos não pertencentes às escolas investigadas. A validação estatística (análise do desvio padrão, da correlação de Pearson e do índice discriminativo dos itens) visou garantir maior precisão a cada item e maior coerência interna à escala. Avaliou-se a redação dos itens e se possuíam correlação entre si (adiante será feito o detalhamento dessa etapa da investigação).

As escolas foram escolhidas para esta pesquisa, porque a pesquisadora trabalha há tempos em duas delas; e as outras duas por conhecer algumas pessoas que lá trabalham. Só assim foi possível ter acesso a um maior número de pessoas para a composição da amostra. Ressalte-se que a intenção não foi garantir representatividade em relação a um universo ou população, mas ter um número considerável de participantes (professores e estudantes), de

maneira a tornar possível compreender melhor a dinâmica do preconceito, em especial, o em relação a gênero.

5. INSPIRAÇÃO DA ESCALA PG (PRECONCEITO DE GÊNERO) NA ESCALA F (FASCISMO)

Conforme já indicado, uma das inspirações para a elaboração deste estudo é a Escala F (fascismo), base do estudo da personalidade autoritária (ADORNO et al., 1966). Logo após a Segunda Guerra Mundial, foi elaborado um instrumento para medir a adesão ao fascismo, as atitudes dos indivíduos em relação ao controle e autoridade, conhecida como a Escala F, entendendo como fascista aquele que expressa tendências de atitudes antidemocráticas, de desvalorização e recusa de direitos sociais e políticos a indivíduos advindos de grupos minoritários de qualquer espécie. Para chegar até a Escala F foi desenvolvida a escala AS (Escala de antissemitismo), partindo do pressuposto de que uma das formas mais claramente antidemocráticas é o ódio e preconceito em relação aos judeus (claro, considerando o período histórico e o fato de que se tratava do EUA e da Europa, conforme Vilela [2008]). Outra escala foi chamada de E (etnocentrismo), com a finalidade de pesquisar o preconceito e a aversão à diversidade. Os pesquisadores chegaram à conclusão de que o significado tradicional do termo etnocentrismo era o que melhor descrevia a ideia do que se pretendia investigar, isto é, a tendência do indivíduo a ser etnicamente centrado e ortodoxo na aceitação do que é culturalmente semelhante e na rejeição do que é diferente (VILELA, 2008). Também se verificou a necessidade de um instrumento para aferir de forma indireta o autoritarismo, assim como mensurar o conservadorismo político e econômico. Assim, a Escala F é composta por estes três fatores associados: antissemitismo, etnocentrismo e conservadorismo político e econômico.

Para elaboração da Escala PG (Preconceito de gênero), utilizada neste trabalho, foram considerados os traços de personalidade tidos como autoritários e definidos no decorrer da pesquisa coordenada por Adorno, justamente por ter propiciado reflexões sobre questões sobre as quais se pretendia debruçar. São eles:

- Convencionalismo: apego rigoroso aos valores convencionais normativos;
- Agressão autoritária: disposição a rejeitar, condenar e punir pessoas que violam valores convencionais;
- Superstição e estereotipia: a crença no destino individual; disposição a pensar em categorias rígidas;

- Sexo: preocupação exagerada com sexualidade alheia.

Com a preocupação de elaborar uma ferramenta que permitisse ao sujeito investigado expressar seu preconceito com a sensação de estar sendo democrático, a escala envolveu opiniões sobre comportamentos e diferenças de gênero, bem como sobre a relação de gênero e orientação sexual. Isso poderia permitir o conhecimento sobre as tendências de pensamento e atitude do indivíduo em relação ao preconceito de gênero. A influência da Escala F pode ser percebida nas afirmações presentes na Escala PG (Preconceito de Gênero), a saber:

✓ Convencionalismo

- É inadmissível a existência de banheiros unissex para uso coletivo dos estudantes nas escolas;
- No verdadeiro romantismo o homem sempre paga a conta;
- Não é agradável ver mulheres bebendo em bares;
- Maquiagem, hoje em dia, é um item tanto para uso de meninas como de meninos;
- O casamento gay é uma conquista importante para a sociedade;
- Uma mulher deve ser cuidadosa na escolha de suas roupas, se não quiser passar a impressão errada.

✓ Agressão autoritária

- Respeito os gays, desde que não chamem a atenção;
- Lésbicas masculinizadas são, na verdade, mulheres com algum tipo de desorientação;
- Se um menino, desde a infância, apresentar gestos e trejeitos femininos, corrigi-lo energeticamente é o melhor a fazer para que ele não se torne gay na vida adulta;
- Aos psicólogos deve ser autorizada a “cura gay” para quem busca tal tratamento.

✓ Superstição e estereotipia

- É uma situação aceitável os meninos brincarem de boneca;
- Não há nada de mais no fato de os homens usarem saia;
- Ser bruto é da natureza do homem; ser delicada é da natureza da mulher;
- Homens não fazem tricô e crochê;
- Ballet não é para meninos, pois os torna afeminados;
- Os gays são mais sensíveis que os héteros;
- Ser gay é uma possibilidade para todas as pessoas, independentemente da condição social;

- Tudo bem homens cuidarem somente da casa e dos filhos, enquanto as mulheres sustentam a família;
- As mulheres são mais cuidadosas que os homens;
- Geralmente, homens que escolhem profissões tradicionalmente consideradas femininas o fazem por serem gays;
- Se um menino desde a infância apresentar gestos e trejeitos femininos, corrigi-lo energicamente é o melhor a fazer para que ele não se torne gay na vida adulta;
- Uma mulher deve ser cuidadosa na escolha de suas roupas, se não quiser passar a impressão errada;
- No verdadeiro romantismo o homem sempre paga a conta;
- Não é agradável ver mulheres bebendo em bares;
- Maquiagem, hoje em dia, é um item tanto para uso de meninas como de meninos.

✓ Sexo

- Sempre me surpreendo quando descobro que uma pessoa que não aparenta é gay;
- Os homens de verdade nunca fariam sexo com outros homens;
- Caso uma mulher tenha sido casada por vários anos com um homem, após o divórcio só terá um envolvimento afetivo com outra mulher por causa da frustração;
- Se um menino desde a infância apresentar gestos e trejeitos femininos, corrigi-lo energicamente é o melhor a fazer para que ele não se torne gay na vida adulta;
- A orientação sexual de alguém não deveria ser fator de avaliação de seu caráter e de sua competência;
- Aos psicólogos deve ser autorizada a “cura gay” para quem busca tal tratamento.

Compreendendo que a diferença fisiológica e anatômica entre homens e mulheres se refere a sexo biológico e as diferenças culturais, psicológicas e sociais, bem como as expressões de masculinidades e feminilidades foram construídas socialmente, adota-se a categoria gênero. Os papéis de gênero não são genéricos no mundo todo, são construções culturais, sociais e históricas, sendo assim carregados de estereótipos e convencionalismos; não por acaso, foram escolhidos para auxiliar na elaboração da Escala PG os traços de convencionalismo, superstição e estereotipia da personalidade autoritária, assim como os itens agressão autoritária e sexo, pois a evolução e legitimidade dos estudos de gênero no Brasil e no mundo, vêm acompanhadas da intolerância, da marginalização, do não reconhecimento da

diversidade sexual existente e da ascendência do fascismo. Um ponto importante a ser esclarecido é que algumas afirmações podem ser enquadradas em dois ou mais traços, pois as tendências apresentadas pelos indivíduos em relação ao preconceito de gênero têm origem em várias situações reciprocamente relacionadas.

6. VALIDAÇÃO DA ESCALA PG (Preconceito de gênero)

O processo de validação da escala PG foi realizado com 19 docentes de uma escola localizada no município de Diadema e 25 estudantes do último ano do fundamental II de uma escola localizada na periferia do município de São Paulo. Docentes e estudantes foram convidados a participar de forma livre e espontânea. As respostas de seis docentes e dez estudantes foram descartadas por não atenderem às instruções: não responderam todas as afirmações, marcaram mais que uma opção em um mesmo item da escala ou responderam de forma diferente o item de atenção (repetido). Portanto, foram consideradas as respostas de 13 docentes e 15 estudantes, totalizando 28 sujeitos.

A escala foi composta por 26 afirmações que envolvem opiniões sobre comportamentos e diferenças de gênero, bem como sobre a relação entre gênero e orientação sexual. Em todos os itens os voluntários deveriam escolher uma das cinco opções, desde *concordo plenamente* com até *discordo plenamente*, passando pelo ponto médio (*nem concordo nem discordo*). Optou-se por manter o ponto médio, porque pressupunha-se que sobre um tema tão polêmico quanto preconceito de gênero, a tendência era a dos respondentes se sentirem constrangidos pela obrigação de se posicionarem contrários ou favoráveis às afirmações constantes em cada item. De outra parte, a posição de neutralidade pode indicar uma tendência ao não envolvimento com questões sociais problemáticas, o que, por sua vez, pode expressar a tendência à frieza e indiferença presente na cultura, conforme asseveram Horkheimer e Adorno (2006). A escala foi criada para detectar a coesão, bem como a tendência de pensamento e atitude do indivíduo em relação ao preconceito de gênero. Para pontuação foi considerado valor 1 (um) para nada preconceituoso e 5 (cinco) muito preconceituoso. As afirmações foram organizadas ao longo de todo o teste com respostas de valor crescente ou decrescente, ou seja, as afirmações dos itens foram elaboradas de modo que a concordância ora correspondia ao valor 5 (cinco), ora correspondia ao valor 1 (um). Esta última situação impôs à pesquisadora a inversão da pontuação para que as respostas preconceituosas aos itens “invertidos” fossem pontuadas com valores mais altos (4 ou 5) e as não preconceituosas recebessem valores mais baixos (1 e 2), já que este foi o critério adotado – à neutralidade foi atribuído o valor 3 (três). Este procedimento foi empregado com o objetivo de forçar ou induzir os sujeitos da amostra para uma maior atenção no preenchimento da escala. Com o mesmo objetivo uma das 26 afirmações foi repetida – o mesmo item constava da escala duas vezes, com sua ocorrência sendo separada por outros itens. Esperava-

se que os respondentes assinalassem a mesma alternativa nas duas vezes. Caso isso não acontecesse, o formulário com as respostas seria descartado da amostra.

Calculou-se a média e o desvio padrão das respostas obtidas, de modo a verificar o grau de dispersão para as respostas aos itens e das respostas dos sujeitos para o conjunto de itens. O desvio padrão das respostas aos itens ficou entre 0,72 e 1,57, o que indica que a dispersão ficou por volta de um ponto na escala. Já o desvio padrão das respostas dos sujeitos a todos os itens ficou entre 0,38 e 1,62. A avaliação do desvio padrão das respostas dos sujeitos para todos os itens e das respostas dadas para cada item indica que não há grande discrepância entre as respostas, o que permite concluir que há considerável coesão na escala.

Em seguida, foi calculado o índice discriminativo (ID) dos itens. Verificou-se a pontuação de cada sujeito, considerando a diferença entre os com escores mais altos e os com escores mais baixos. A diferença encontrada foi dividida pelo número de sujeitos (28). A análise realizada indicou que o ID é maior que zero em 24 itens, variando de 0,18 e 0,89. Dois itens tiveram ID inferior a zero ou exatamente zero – o item 10 (-0,03) e 18 (zero). Esses itens foram analisados quanto sua redação. A seguir, observa-se a média e o desvio padrão das respostas de todos sujeitos da amostra do estudo piloto (tabela 1, alunos; tabela 2, professores) e a média e o desvio padrão para cada item da escala (tabela 3).

Tabela 1 – Média e desvio padrão de cada sujeito (alunos).

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14	A15
Total	42	40	77	42	44	43	48	67	67	53	79	98	77	96	54
Média	1,61	1,54	2,96	1,61	1,69	1,65	1,85	2,58	2,58	2,03	3,03	3,77	2,96	3,69	2,07
Desvio Padrão	1,36	1,12	1,13	0,74	1,03	0,87	1,38	0,84	1,34	1,06	0,85	0,80	1,06	1,23	1,41

Tabela 2 – Média e desvio padrão de cada sujeito (docentes).

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13
Total	28	36	34	37	42	36	41	46	75	63	61	62	35
Média	1,08	1,38	1,31	1,42	1,61	1,38	1,58	1,77	2,88	2,42	2,35	2,38	1,35
Desvio Padrão	0,38	0,92	0,95	1,04	1,11	0,96	1,25	1,31	1,45	1,60	1,62	1,62	0,83

Tabela 3 – Média e desvio padrão de cada item (Escala Piloto).

Itens	Total	Média	Desvio Padrão
1	43	1,53	0,94
2	104	3,71	1,44
3	67	2,39	1,47
4	80	2,86	1,57
5	79	2,82	1,42
6	42	1,5	1,09
7	39	1,39	0,72
8	49	1,75	1,12
9	48	1,71	1,10
10	69	2,46	1,48
11	65	2,32	1,42
12	54	1,93	1,39
13	49	1,75	0,99
14	66	2,36	1,42
15	70	2,50	1,52
16	50	1,78	1,24
17	61	2,18	1,31
18	40	1,43	0,82
19	75	2,68	1,34
20	82	2,93	1,39
21	49	1,75	0,95
22	41	1,46	0,78
23	49	1,75	1,15
24	42	1,5	0,91
25	64	2,28	1,53
26	51	1,82	1,00

É necessário apontar que o ID foi calculado com base nos seguintes procedimentos: os sujeitos da amostra foram divididos em dois grupos (escores altos e escores baixos). Para tal, utilizou-se o valor total de 52, ou seja, o que indicava que sujeito respondeu a escala com o equivalente à *discordo parcialmente*, portanto tende a ser não preconceituoso em relação à gênero. Assim, todos que atingiram mais de 52 pontos na escala foram considerados com escore alto. Definiu-se 13 sujeitos com escores mais altos e 15 sujeitos com escores mais baixos. Após isso, foi efetuado o seguinte cálculo para cada item: a soma das respostas em cada item dos 13 sujeitos com escores mais altos, menos a soma das respostas em cada item

dos 15 sujeitos com escores mais baixos, divididos por 28 (número de sujeitos da amostra). Foi considerado com ID satisfatório todos os itens que atingiram valor maior que zero. Na sequência, a tabela 4 sintetiza este procedimento:

Tabela 4 – Cálculo do ID (índice discriminatório) da Escala Piloto.

Itens	Escores mais altos	Escores mais baixos	ID
1	28	15	0,46
2	58	46	0,43
3	46	21	0,89
4	48	32	0,57
5	43	31	0,43
6	27	15	0,43
7	22	17	0,18
8	30	19	0,39
9	29	19	0,36
10	34	35	-0,03
11	37	28	0,32
12	31	23	0,28
13	29	20	0,32
14	43	23	0,71
15	45	25	0,71
16	34	16	0,64
17	40	21	0,68
18	20	20	0,00
19	44	31	0,46
20	50	32	0,64
21	32	17	0,53
22	25	16	0,32
23	32	17	0,53
24	27	15	0,43
25	43	21	0,78
26	32	19	0,46

Por fim, foi calculada a correlação de cada item com o total da escala, utilizando a correlação de Pearson. Para avaliar os itens, utilizou-se os seguintes critérios:

- Itens com ID \geq 0,40 e correlação \geq 0,40: aprovados;
- Itens com ID $<$ 0,40 e correlação \geq 0,50: avaliados e a redação foi mantida;
- Itens com ID $<$ 0,40 e correlação $<$ 0,40: redação revisada;
- Itens com ID $<$ 0,40 e correlação $<$ 0,30: foram eliminados.

Na tabela 5 é possível observar o resultado da avaliação feita de cada item, considerando o índice discriminativo e a correlação de cada item com a escala (Pearson).

Tabela 5 – Avaliação dos itens da Escala Piloto com ID e correlação de Pearson.

Itens	ID	Correlação (Pearson)	Avaliação do Item
1	0,46	0,79	Aprovado
2	0,43	0,37	Redação revisada
3	0,89	0,58	Aprovado
4	0,57	0,56	Aprovado
5	0,43	0,48	Aprovado
6	0,43	0,77	Aprovado
7	0,18	0,55	Redação revisada
8	0,39	0,55	Aprovado
9	0,36	0,37	Redação revisada
10	-0,03	0,23	Eliminado
11	0,32	0,55	Redação revisada
12	0,28	0,25	Redação revisada
13	0,32	0,63	Redação revisada
14	0,71	0,63	Aprovado
15	0,71	0,66	Aprovado
16	0,64	0,67	Aprovado
17	0,68	0,67	Aprovado
18	0	0,27	Eliminado
19	0,46	0,41	Aprovado
20	0,64	0,58	Aprovado
21	0,53	0,54	Aprovado
22	0,32	0,62	Redação revisada
23	0,53	0,72	Aprovado
24	0,43	0,71	Aprovado
25	0,78	0,64	Aprovado
26	0,46	0,69	Aprovado

Baseando-se no trabalho de Zamprona (2012), utilizou-se os seguintes critérios de avaliação – ressaltando que o cálculo realizado foi o de determinar a correlação de cada item

com a escala (excluindo-se o item avaliado): Valor igual a 1 ou -1 indica uma correlação perfeita e com valor igual a zero indica correlação nula. A avaliação das correlações obedeceu ao estipulado por Zamprona (2012, p. 51), que, por sua vez, recorreu aos critérios estabelecidos por Garret (1937) e Baquero (1973):

Correlação item e escala de 0,00 a $\pm 0,20$ indica indiferente ou imperceptível relação;

Correlação item e escala de $\pm 0,20$ a $\pm 0,40$ indica baixa relação – presente, mas leve;

Correlação item e escala de $\pm 0,40$ a $\pm 0,70$ indica substancial ou marcada relação;

Correlação item e escala de $\pm 0,70$ a $\pm 1,00$ indica alta ou muito alta relação.

Com o resultado 17 itens foram aprovados, dois foram eliminados e sete tiveram a redação revisada ou reavaliada, conforme já indicado.

Os itens da escala revisados foram:

Item 2 – PILOTO: É saudável a existência de banheiros unissex na escola para uso conjunto de alunos e alunas.

REDAÇÃO REVISADA: É inadmissível a existência de banheiros unissex para uso coletivo dos estudantes nas escolas.

Item 7 – PILOTO: Somente as mulheres devem fazer tricô.

REDAÇÃO REVISADA: Homens não fazem tricô e crochê.

Item 9 – PILOTO: Meninos podem se tornar afeminados ao praticarem ballet.

REDAÇÃO REVISADA: Ballet não é para meninos, pois os torna afeminados.

Item 11 – PILOTO: Respeito os gays, desde que não chamem a atenção.

MANTIDA A REDAÇÃO ORIGINAL: O ID está um pouco abaixo do esperado, mas a correlação é substancial.

Item 12 – O fato de um homem se mostrar sensível não revela a sua orientação sexual.

REDAÇÃO REVISADA: Os gays são mais sensíveis que os heteros.

Item 13 – Lésbicas masculinizadas são, na verdade, mulheres com algum tipo de distúrbio genético ou psicológico.

REDAÇÃO REVISADA: Lésbicas masculinizadas são, na verdade, mulheres com algum tipo de desorientação.

Item 22 – Geralmente, homens que escolhem profissões tradicionalmente consideradas femininas o fazem por serem gays.

MANTIDA A REDAÇÃO ORIGINAL: O ID está um pouco abaixo do esperado, mas a correlação é substancial.

7. A ESCALA UTILIZADA – RESULTADOS

A escala revisada totalizou 24 afirmações e foi respondida por 53 docentes na faixa etária entre 20 e 60 anos (de duas escolas localizadas no município de Diadema, uma escola localizada na periferia do município de São Paulo e uma escola localizada no município de Itapeverica da Serra) e por 76 estudantes do último ano do fundamental II, com idades entre 13 e 15 anos (da mesma escola localizada no município de São Paulo). Docentes e estudantes foram convidados a participar de forma livre e espontânea da pesquisa. Foram descartados 11 formulários de docentes e 20 de estudantes por não atenderem os critérios estabelecidos previamente. São sujeitos que não responderam a todas as afirmações, responderam mais que uma opção em um ou mais itens ou responderam de forma diferente a questão repetida (para verificação da atenção do participante), sendo consideradas, portanto, as respostas de 42 docentes (39 mulheres, um homem e dois não declarados), entre cinco e 20 anos de exercício de magistério; e 56 estudantes (26 meninas e 30 meninos), com a amostra totalizando 98 sujeitos.

Observe-se que o desvio padrão da média das respostas dadas para cada item ficou entre 0,92 e 1,59, para estudantes, e entre 0,57 e 1,65, para docentes, indicando que não há grande discrepância das respostas dadas aos itens, ou seja, os sujeitos que compõem a amostra tendem obedecer a um padrão de resposta aos itens da escala, o que será explorado mais adiante. O desvio padrão das respostas aos itens é o esperado, pois quase todos os itens estão com desvio próximo a 1 (em uma escala que vai de 1 a 5).

Na tabela 6, pode-se observar os resultados alcançados com a aplicação da escala à amostra de professores e alunos.

Tabela 6 – Valor médio e desvio padrão das respostas para cada item para estudantes, docentes e o total.

Itens	ESTUDANTES		DOCENTES		TOTAL	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
1	2,54	1,24	1,36	0,75	2,03	1,21
2	2,93	1,28	2,79	1,52	2,87	1,39
3	2,82	1,40	2,33	1,55	2,61	1,49
4	3,16	1,53	2,48	1,35	2,87	1,50
5	3,07	1,25	2,19	1,30	2,69	1,34
6	2,46	1,59	1,31	0,80	1,97	1,43
7	2,16	1,40	1,24	0,75	1,77	1,25
8	2,39	1,35	1,62	1,07	2,06	1,29
9	2,04	1,32	1,19	0,59	1,67	1,15
10	3,07	1,39	1,76	1,39	2,51	1,53
11	3,25	1,17	1,98	1,34	2,70	1,39
12	2,13	1,09	1,69	1,12	1,94	1,12
13	2,18	1,44	2,12	1,31	2,15	1,39
14	3,32	1,52	2,71	1,65	3,06	1,61
15	2,09	1,21	1,71	1,26	1,93	1,25
16	2,77	1,18	1,83	1,29	2,37	1,31
17	2,34	1,43	1,88	1,20	2,14	1,36
18	3,89	1,22	2,50	1,53	3,30	1,53
19	2,43	0,92	1,81	1,07	2,16	1,04
20	1,95	1,16	1,17	0,57	1,61	1,03
21	2,71	1,48	1,36	0,95	2,13	1,45
22	2,14	1,19	1,26	0,87	1,77	1,15
23	2,80	1,43	2,19	1,53	2,54	1,51
24	2,84	1,24	1,71	1,08	2,36	1,30
Média	2,64	1,31	1,84	1,16	2,30	1,33

Destaque-se da tabela 6 que a média das respostas dos estudantes é 0,8 ponto maior do que a dos professores – 2,64 para os primeiros e 1,84 para os segundos. Também pode-se observar que o desvio padrão para ambos os grupos e para item fica em torno, ou próximo, a 1 (um), o que denota que houve pouca dispersão nas respostas dos sujeitos à escala. Finalmente,

a média geral da amostra é de 2,30, o que indica uma posição dos sujeitos entre *concordo parcialmente* e *nem concordo, nem discordo*.

Na próxima tabela são apresentados os valores encontrados, conforme as respostas dos sujeitos da amostra à escala, considerando a variável gênero e se pertencem ao grupo de professores ou de estudantes.

Tabela 7 – Número de sujeitos e média dos escores, conforme grupo ao qual pertencem (homens, mulheres, estudantes e professores).

	Mulheres		Homens		Não declarado		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média
Estudantes	26	2,17	30	3,05	-	-	56	2,64
Docentes	39	1,79	1	2,10	2	2,75	42	1,84
Total	65	1,94	31	3,03	2	2,75	98	2,30

Na tabela 7 temos dados estratificados que indicam as tendências de atitude em relação ao preconceito de gênero de homens e mulheres e de professores e alunos. Também se observa que há apenas um professor do sexo masculino e dois respondentes que não declararam se são homens ou mulheres. Os números apresentados mostram que os estudantes homens são os que atingiram a média mais alta (3,05 ou bem próximo do ponto neutro – *nem concorda, nem discorda*). Já a média das estudantes mulheres é 2,17 (em torno da concordância parcial e tendendo a existência de pouco preconceito). Finalmente, a média das professoras mulheres é 1,79 (entre o *concordo totalmente* e o *concordo parcialmente*, o que denota a tendência para o não preconceito em relação à gênero).

É importante assinalar que na elaboração dos itens da escala pressupôs-se que os sujeitos da amostra tenderiam a optar por posições que demonstrassem certa aceitação à diversidade de gênero e de orientação sexual, e à igualdade entre homens e mulheres, mesmo que no íntimo tal aceitação não fosse consistente e duradoura. E isso por uma razão: o preenchimento do formulário com os itens da escala foi realizado no interior de escolas, lugares que, a despeito de contradições e dificuldades, têm nos últimos anos promovido o debate sobre relações de gênero. Assim, o fato de a tendência das respostas dos sujeitos da amostra terem ficado entre o *concordo parcialmente* e o ponto médio (*nem concordo, nem discordo*) não significa, necessariamente, que o preconceito de gênero está debelado.

Em relação aos três professores que não são mulheres (um homem e dois que não declararam sexo ou gênero) não há muito o que ponderar, uma vez que a quantidade de

sujeitos que compõe este grupo é muito pequeno e não permite quaisquer considerações mais consistentes. De qualquer modo, quando se compara homens e mulheres percebe-se que os primeiros atingiram os escores mais elevados do que as mulheres, tanto entre os discentes entre si, e entre estes e os docentes. Um detalhe intrigante: em uma das escolas observou-se que mesmo com aproximadamente sete professores no momento da aplicação da escala, apenas um indicou o gênero; os demais deixaram o item em branco ou seus formulários foram descartados por não respeitarem as instruções, ou responderem de forma diferente o item de atenção.

Para verificar a consistência dos dados obtidos, calculou-se novamente o poder de discriminação de cada item e a consistência interna da escala. Assim, para o primeiro obteve-se o ID (Índice discriminativo) e para o segundo a correlação de cada item com o total da escala, utilizando-se do coeficiente de correlação de Pearson e, também, de Spearman. Em relação ao ID, desta feita o cálculo foi realizado da seguinte maneira: os sujeitos da amostra foram distribuídos em quartis, sendo que o quartil inferior foi composto pelos sujeitos com os escores mais baixos e o quartil superior foi composto pelos sujeitos com os escores mais altos, dentre os 98 integrantes da amostra. Foram incluídos 24 sujeitos em cada um dos quartis. Após isso foi efetuado o seguinte cálculo para cada item: a soma das respostas em cada item dos 24 sujeitos com escores mais altos, menos a soma das respostas em cada item dos 24 sujeitos com escores mais baixos, divididos por 48 (número de sujeitos considerados no cálculo). Definiu-se com ID satisfatório todos os itens que atingiram valor maior que zero. Na próxima tabela é possível observar os resultados encontrados.

Tabela 8 – Cálculo do ID (índice discriminativo) da Escala de Preconceito de Gênero, considerando a amostra de 98 sujeitos.

Itens	Escores mais altos	Escores mais baixos	ID
1	79	54	0,52
2	79	64	0,31
3	87	68	0,39
4	96	77	0,39
5	84	66	0,38
6	90	41	1,02
7	74	40	0,71
8	78	50	0,58
9	70	35	0,73
10	94	81	0,27
11	91	67	0,50
12	69	55	0,29
13	75	46	0,60
14	103	86	0,35
15	60	50	0,21
16	77	72	0,10
17	60	63	-0,06
18	106	88	0,38
19	70	62	0,17
20	67	39	0,58
21	87	66	0,44
22	57	48	0,19
23	82	74	0,17
24	86	60	0,54

Observe-se que apenas o item 17 teve o ID menor que zero (-0,06). No entanto, como se trata de apenas um item e o valor encontrado está muito próximo do zero, o item em questão não foi excluído das análises realizadas. Observe-se, ainda, que o ID é maior que zero em 23 itens, variando de 0,10 e 1,02.

Tabela 9 – Correlações de Pearson e Spearman da Escala de Preconceito de Gênero, considerando a amostra de 98 sujeitos.

Itens	Média	Desvio Padrão	Pearson	Spearman
1	4,02	1,21	0,69	0,71**
2	2,87	1,39	0,15	0,14
3	2,61	1,49	0,49	0,49**
4	2,87	1,50	0,53	0,55**
5	2,69	1,34	0,29	0,31
6	1,97	1,43	0,68	0,70**
7	1,77	1,25	0,64	0,65**
8	2,06	1,29	0,57	0,56**
9	1,67	1,15	0,62	0,59**
10	2,51	1,53	0,66	0,68**
11	2,70	1,39	0,46	0,47*
12	1,94	1,12	0,67	0,71**
13	2,15	1,39	0,40	0,38*
14	3,06	1,61	0,58	0,59**
15	1,93	1,25	0,29	0,37*
16	2,37	1,31	0,53	0,56**
17	2,14	1,36	0,27	0,30
18	3,30	1,53	0,47	0,50**
19	2,16	1,04	0,61	0,63**
20	1,61	1,03	0,71	0,69**
21	2,13	1,45	0,79	0,80**
22	1,77	1,15	0,41	0,50**
23	2,54	1,51	0,44	0,45*
24	2,36	1,30	0,64	0,62**

Notas:

* índice maior que 0,343 – correlação estatisticamente significativa ao nível de confiança de 5%.

** índice maior que 0,485 – correlação estatisticamente significativa ao nível de confiança de 1%⁶.

⁶ Os valores críticos e que permitem avaliar se a média obtida em cada item é significativa ao nível de 1% ou 5% foram definidos após consulta à Siegel (1977, p. 315).

Para a avaliação das correlações (coeficiente de Pearson) obtidas, observou-se os mesmos critérios utilizados no estudo piloto, conforme segue abaixo:

Correlação item e escala de 0,00 a $\pm 0,20$ indica indiferente ou imperceptível relação;

Correlação item e escala de $\pm 0,20$ a $\pm 0,40$ indica baixa relação – presente, mas leve;

Correlação item e escala de $\pm 0,40$ a $\pm 0,70$ indica substancial ou marcada relação;

Correlação item e escala de $\pm 0,70$ a $\pm 1,00$ indica alta ou muito alta relação.

Necessário é esclarecer que foram realizadas duas análises estatísticas, a fim de conferir maior confiabilidade aos dados produzidos. O emprego do coeficiente de correlação de Pearson permite assinalar que apenas um item (2. É inadmissível a existência de banheiros unissex para uso coletivo dos estudantes nas escolas) apresenta imperceptível relação com a escala. Dos 24 itens, três deles apresentam baixa ou leve relação (5. Sempre me surpreendo quando descubro que uma pessoa que não aparenta é gay; 15. Ser gay é uma possibilidade para todas as pessoas, independentemente da condição social; 17. Tudo bem homens cuidarem somente da casa e dos filhos, enquanto as mulheres sustentam a família). Os demais itens da escala apresentam substancial ou marcada relação.

Já o emprego do coeficiente de correlação de Spearman indica que apenas os itens 2, 5 e 17, já transcritos acima, não apresentam significância (nem ao nível de 1%, nem ao nível de 5%). Os itens 11 (Os gays são mais sensíveis que os héteros), 13 (Maquiagem, hoje em dia, é um item tanto para uso de meninas como de meninos), 15 (já transcrito acima) e 23 (A orientação sexual de alguém não deveria ser fator de avaliação de seu caráter e de sua competência) apresentam significância ao nível de 5% de confiança. Os demais itens (20 de 24) apresentam significância ao nível 1%.

Como apenas o item 2 foi “reprovado” em ambos os testes estatísticos, considerou-se que a Escala de Preconceito de Gênero (PG) é adequada para examinar as tendências expressas pelos sujeitos que compõem a amostra deste estudo. De outra parte, este item não foi excluído porque se avaliou que a exclusão pouco alteraria os resultados encontrados. Desse modo, reitera-se o resultado já apresentado na tabela 6: a tendência geral da amostra é a de não exibirem preconceito de gênero, com o escore meio de 2,30 (entre a concordância parcial e a neutralidade – nem concordância nem discordância). Porém, quando se analisa os grupos separadamente (professores e alunos) verifica-se uma diferença importante: enquanto

o escore médio dos professores é 1,84 (abaixo da concordância parcial), o escore médio dos alunos é 2,64 (mais próximo do ponto de neutralidade).

Após a exposição desses dados gerais serão apresentadas informações com as características da amostra, o que posteriormente permitirá mais algumas análises estatísticas (teste de hipóteses).

Em primeiro lugar, tem a amostra estratificada conforme sexo e grupo (homens, mulheres e não declarados); professores e alunos. Na próxima tabela estes dados estão sintetizados:

Tabela 10 – Composição da amostra, conforme sexo e grupo (números absolutos e relativos)

Grupo \ Sexo	Mulheres	Homens	Não declarados	Total	Porcentagem (%)
Docentes	39	1	2	42	42,86
Estudantes	26	30	-	56	57,14
Total	65	31	2	98	
Porcentagem (%)	66,33	31,63	2,04		100,0

Pode-se observar, na tabela 10, que as mulheres perfazem 2/3 da amostra, sendo 39 professores e 26 alunas. Já os homens somam um pouco menos que 1/3 (30 alunos e apenas um professor⁷). Isso porque entre os respondentes da escala temos dois sujeitos que não declararam se são homens ou mulheres. Chama a atenção exatamente o fato de apenas um professor do sexo masculino ter participado da pesquisa. Lembrando que o convite foi feito a todos os professores que estavam presentes em cada uma das quatro escolas onde a investigação foi realizada. Não é possível determinar a razão para tal ocorrência, mas sem dúvida trata-se de um fator importante e que, provavelmente, afetou o resultado da escala. Talvez, se o número de professores estivesse próximo ao de professoras, a pontuação geral dos docentes fosse diferente. Mais adiante se testará a hipótese de que os homens tendem a um maior preconceito que as mulheres (somente entre os alunos).

⁷ A decisão de manter apenas uma amostra colhida foi uma escolha arbitrária, sabe-se que não representa um grupo, porém a ausência de respostas dos demais presentes pode trazer uma significância.

Outros dados que podem ajudar a caracterizar a amostra que compõe este estudo, em relação aos docentes, são o tempo de atuação no magistério e a estratificação por faixa etária (considerou-se que a variável idade, entre os alunos, não permitiria a análise das diferenças entre eles, uma vez que os 56 estudantes tinham entre 13 e 15 anos e estavam cursando o 8º ou o 9º do Ensino Fundamental.

Tabela 11 – Composição da amostra (professores), conforme o tempo de atuação no magistério e a média dos escores dos docentes de cada estrato.

Tempo de magistério	Nº de sujeitos	Proporção	Escore Médio
De 5 a 10 anos	11	0,262	1,57
De 11 a 15 anos	8	0,190	1,98
De 16 a 20 anos	3	0,071	1,83
Acima de 20 anos	12	0,286	1,73
Não declarado	8	0,190	2,43
Total	42	1,000	1,84

Chama a atenção, na tabela 11, o fato de o escore médio – considerando os estratos por tempo de exercício do magistério – não apresentar grandes variações e, também, de que a média mais elevada é a do estrato dos docentes que não declararam o tempo de atuação (oito professores). Na próxima tabela o grupo dos professores é caracterizado em função da faixa etária a qual pertencem.

Tabela 12 – Composição da amostra (professores), conforme a faixa etária e a média dos escores dos docentes de cada estrato.

Faixa etária	Nº de sujeitos	Proporção	Média
Entre 20 e 30 anos	2	0,048	1,60
Entre 31 e 40 anos	9	0,214	1,59
Entre 41 e 50 anos	12	0,286	1,75
Entre 51 e 60 anos	10	0,238	1,95
Não declarado	9	0,214	2,12
Total	42	1,000	1,84

Verifica-se na tabela 12 a mesma tendência presente na tabela anterior: o escore médio – considerando os estratos por faixa etária – não apresenta diferenças visíveis, embora haja uma ligeira variação crescente e diretamente proporcional – quanto menor a idade, menor a pontuação média; quanto maior a idade, maior a pontuação média. Os professores com até 40

anos de idade obtiveram os escores 1,60 e 1,59 (até 30 e até 40 anos, respectivamente); já os professores com idade acima de 40 anos obtiveram os escores 1,75 e 1,95 (até 50 e até 60 anos, respectivamente). Assim como a tabela anterior, a média mais elevada é a do estrato dos docentes que não declararam a idade, 2,12 (nove professores).

Para concluir esta seção serão apresentados alguns testes de hipóteses e seus respectivos resultados. A finalidade é examinar se as diferenças encontradas em relação aos dados produzidos são estatisticamente significantes ou não – com base nas respostas à escala pelos componentes da amostra, entre mulheres e homens, docentes e estudantes, professores com mais idade e mais tempo de magistérios e professores com menos idade e menos tempo de magistério. Tal procedimento pode conferir maior consistência à análise realizada e às conclusões e ponderações elaboradas.

O teste utilizado é o t de Student. Avalia-se se há diferença significativa entre as médias de duas amostras, conforme as combinações mencionadas no parágrafo anterior, e se as diferenças observadas são resultado do acaso ou de erro. Essa técnica permite comprovar, ou não, se existe diferença estatisticamente significativa entre o número observado de respostas, considerando duas amostras independentes (NcNemar, 1969).

Optou-se pela prova t de Student por conta das características das amostras, pelo objetivo de comparar duas amostras independentes e pela natureza dos dados a serem comparados. Siegel (1977) afirma que o referido teste estatístico é uma das mais poderosas provas paramétricas. Com base nisso, verificou-se que não havia muita discrepância nos valores observados nas duas amostras. Assim, foi possível utilizar as médias obtidas por cada sujeito na Escala PG, sem necessidades de se recorrer as mediadas, como é comum nos casos em que se observa tal discrepância. De outra parte, também se considerou o intervalo de respostas na escala: em cada item se poderia obter um valor entre 1 e 5. Desse modo, pareceu mais apropriado tomar as grandezas numéricas no lugar das posições das observações, já que seria pouco efetivo a ordenação por postos, visto que se verificaria um elevado número de empates. Por estas razões a prova adotada foi o t de Student. A outra opção vislumbrada foi a prova não paramétrica U de Mann-Whitney, que é interessante quando as condições aqui observadas não são satisfeitas, além de ter maior poder de rejeitar H_0 (SIEGEL, 1977), a hipótese nula e que nega a possível relação entre as amostras prevista pelo pesquisador na hipótese alternativa (H_1)

Portanto, a hipótese de nulidade (H_0) é formulada tendo em vista a não existência de relação entre as variáveis, previstas pelo pesquisador, na hipótese alternativa (H_1), isto é, que as diferenças encontradas são significantes com um elevado grau de confiança. Optou-se pela adoção de 5% de risco ($\alpha = 0,05$) ou 95% de confiança e de 1% de risco ($\alpha = 0,01$) ou 99% de confiança. Na composição dos pares de amostra foram desconsiderados todos os sujeitos que não declaram sexo, tempo de magistério e idade.

Mulheres e homens

Define-se:

H_0 – Não há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por mulheres e homens nas respostas dadas aos itens da Escala PG;

H_1 – Há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por mulheres e homens nas respostas dadas aos itens da Escala PG.

Temos:

Média das mulheres: 1,94 ($n = 65$), Variância = 0,325

Média dos homens: 3,03 ($n = 31$), Variância = 0,360

Graus de liberdade = 94 [(65 – 1) + (31 – 1)]

t (observado) = 8,644

Valores críticos de t (crítico) para $\alpha = 0,05 = 1,665$; e $\alpha = 0,01 = 2,378$, com 94 graus de liberdade, obtidos com base em Siegel (1977).

Como o t observado é maior que o t crítico, então, rejeita-se a hipótese H_0 , ou seja, as médias dos escores alcançados por mulheres e homens, nas respostas dadas aos itens da Escala PG, diferem estatisticamente, com nível de significância $\alpha < 0,01$, pelo teste t . Assim sendo, pode-se afirmar que os homens apresentam maior tendência de atitude para a adesão ao preconceito de gênero do que as mulheres.

Professores e alunos (meninos e meninas)

Define-se:

H_0 – Não há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professores e alunos nas respostas dadas aos itens da Escala PG;

H_1 – Há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professores e alunos nas respostas dadas aos itens da Escala PG.

Temos:

Média dos professores: 1,84 (n = 42), Variância = 0,350

Média dos alunos: 2,64 (n = 56), Variância = 0,498

Graus de liberdade = 96 [(42 – 1) + (56 – 1)]

t (observado) = 6,041

Valores críticos de t para $\alpha = 0,05 = 1,666$; e $\alpha = 0,01 = 2,379$, obtidos com base em Siegel (1977).

Como o t observado é maior que o t crítico, então, rejeita-se a hipótese H_0 , ou seja, as médias dos escores alcançados por professores e alunos, nas respostas dadas aos itens da Escala PG, diferem estatisticamente para o nível de significância $\alpha < 0,01$, o que permite concluir que há mais de 99% de probabilidade de a hipótese de pesquisa ser verdadeira, pelo teste t . Portanto, pode-se afirmar que os alunos apresentam maior tendência de atitude para a adesão ao preconceito de gênero que os professores.

Professoras e alunos (somente os meninos)

Define-se:

H_0 – Não há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professoras e alunos (meninos) nas respostas dadas aos itens da Escala PG;

H_1 – Há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professoras e alunos (meninos) nas respostas dadas aos itens da Escala PG.

Temos:

Média das professoras: 1,778 (n = 39), Variância = 0,341

Média dos alunos (meninos): 3,060 (n = 30), Variância = 0,319

Graus de liberdade = 67 [(39 – 1) + (30 – 1)]

t (observado) = 9,207

Valores críticos de t para $\alpha = 0,05 = 1,670$; e $\alpha = 0,01 = 2,385$, obtidos com base em Siegel (1977).

Como o t observado é maior que o t crítico, então, rejeita-se a hipótese H_0 , ou seja, as médias dos escores alcançados pelas professoras e pelos alunos (meninos), nas respostas dadas aos itens da Escala PG, diferem estatisticamente, para o nível de significância $\alpha < 0,01$, o que permite concluir que há mais de 99% de probabilidade de a hipótese de pesquisa ser verdadeira, pelo teste t . Isto posto, pode-se afirmar que os alunos (meninos) apresentam maior tendência de atitude para a adesão ao preconceito de gênero do que as professoras.

Professoras e alunas (somente as meninas)

Define-se:

H_0 – Não há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professoras e alunas (meninas) nas respostas dadas aos itens da Escala PG;

H_1 – Há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professoras e alunas (meninas) nas respostas dadas aos itens da Escala PG.

Temos:

Média das professoras: 1,778 ($n = 39$), Variância = 0,341

Média das alunas (meninas): 2,165 ($n = 26$), Variância = 0,254

Graus de liberdade = 63 [(39 – 1) + (26 – 1)]

t (observado) = 2,823

Valores críticos de t para $\alpha = 0,05 = 1,668$; e $\alpha = 0,01 = 2,387$, obtidos com base em Siegel (1977).

Como o t observado é maior que o t crítico, então, rejeita-se a hipótese H_0 , ou seja, as médias dos escores alcançados pelas professoras e alunas (meninas), nas respostas dadas aos itens da Escala PG, diferem estatisticamente, para o nível de significância $\alpha < 0,01$, o que permite concluir que há mais de 99% de probabilidade de a hipótese de pesquisa ser verdadeira, pelo teste t . Logo, pode-se afirmar que as alunas (meninas) apresentam, ligeiramente, menor propensão a serem contrárias ao preconceito de gênero em relação às professoras.

Idade dos professores (entre 20 e 40 anos *versus* entre 41 e 60 anos)

Define-se:

H_0 – Não há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professores com idade entre 20 e 40 anos e por professores com idade entre 41 e 60 anos nas respostas dadas aos itens da Escala PG;

H_1 – Há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professores com idade entre 20 e 40 anos e por professores com idade entre 41 e 60 anos nas respostas dadas aos itens da Escala PG.

Temos:

Média dos professores de 20 a 40 anos: 1,595 ($n = 11$), Variância = 0,288

Média dos professores de 41 a 60 anos: 1,843 ($n = 22$), Variância = 0,211

Graus de liberdade = 31 [(11 – 1) + (22 – 1)]

t (observado) = 1,382

Valores críticos de t para $\alpha = 0,05 = 1,696$; e $\alpha = 0,01 = 2,453$, obtidos com base em Siegel (1977).

Como o t observado é menor que o t crítico, então, a hipótese H_0 não é rejeitada, ou seja, as médias dos escores alcançados pelos professores, separados em dois grupos (até 40 anos de idade e com 41 ou mais anos de idade), nas respostas dadas aos itens da Escala PG, não diferem estatisticamente, para o nível de significância $\alpha < 0,05$, pelo teste t . Então, pode-se afirmar que a idade dos professores da amostra não está relacionada com a pontuação média obtida na escala de Preconceito de Gênero (PG). Para conferir maior consistência a esta afirmação, foi também realizado o teste de hipótese, considerando apenas os sujeitos que estão nos dois estratos extremos da variável idade.

Idade dos professores (entre 20 e 40 anos *versus* com 51 ou mais anos)

Define-se:

H_0 – Não há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professores com idade entre 20 e 40 anos e por professores com idade acima de entre 51 anos nas respostas dadas aos itens da Escala PG;

H_1 – Há diferença significativa entre a média dos escores alcançados por professores com idade entre 20 e 40 anos e por professores com idade acima de entre 51 anos nas respostas dadas aos itens da Escala PG.

Temos:

Média dos professores de 20 a 40 anos: 1,595 ($n = 11$), Variância = 0,288

Média dos professores acima de 51 anos: 1,950 ($n = 10$), Variância = 0,258

Graus de liberdade = 19 [(11 – 1) + (10 – 1)]

t (observado) = 1,553

Valores críticos de t para $\alpha = 0,05 = 1,729$; e $\alpha = 0,01 = 2,539$, obtidos com base em Siegel (1977).

Como o t observado é menor que o t crítico, então, a hipótese H_0 não é rejeitada, ou seja, as médias dos escores alcançados pelos professores, separados em dois grupos (até 40 anos de idade e com 51 ou mais anos de idade), nas respostas dadas aos itens da Escala PG, não diferem estatisticamente, para o nível de significância $\alpha < 0,05$, pelo teste t . Assim sendo, confirma-se que a idade dos professores da amostra não está relacionada com a pontuação média obtida na escala de Preconceito de Gênero (PG).

Por fim, seguem algumas ponderações a respeito dos professores, separados por tempo de exercício no magistério. Retomando os dados da tabela 11: temos 19 professores que possuem até 15 anos de docência e 15 professores que atuam no magistério há 16 anos ou mais, sendo que 12 destes têm mais de 20 anos de carreira, além de oitos professores que não declararam sobre o assunto. Observa-se que, separados em apenas dois grupos, um composto por aqueles com até 15 anos de magistério e outro com os com 16 anos ou mais (excluindo-se os que não declararam), o escore médio alcançado por grupo é praticamente o mesmo (1,77 e 1,78, respectivamente). Deste modo, confirma-se, mais uma vez, que a experiência de trabalho acumulada e os anos vividos a mais ou a menos, no que se refere à amostra investigada, parecem não estar relacionados com as tendências identificadas na escala de Preconceito de Gênero (PG).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no pressuposto que vivemos em uma sociedade plural e diversa, arrisco-me a afirmar que a diversidade se torna uma das maiores riquezas humanas; ela possibilita uma infinidade de formas e dimensões ao longo da trajetória histórica de cada indivíduo e das sociedades. A sexualidade humana faz parte dessa esfera e também se caracteriza por sua variedade extremamente complexa. Definir gênero apenas pela natureza e pelo aspecto biológico, ou seja, simplesmente pela genitália com a qual nascemos, é ignorar todos os estudos e conhecimento produzidos pela humanidade até os dias atuais. Assim, é urgente compreender que as diferenças entre uma mulher e um homem não são inerentes, e nas sociedades capitalistas e/ou patriarcais são construídas a fim de manter a mulher em situação de inferioridade e subordinação.

Ao enfatizar gênero como categoria de análise à luz das teorias elaboradas pelos estudiosos no assunto, com destaque para Judith Butler, remete-se para o pensamento plural e para o exame das representações de homem e mulher, esquivando-se dos argumentos biológicos e culturais usados para explicar a desigualdade, os quais historicamente posicionam o masculino como referencial.

Considerando o postulado por Butler (2016), estamos diante de uma ordem compulsória que exige uma coesão total entre sexo, gênero e orientação sexual, isto é, a imposição de que todos os desejos e práticas são essencial e obrigatoriamente heterossexuais. Um exemplo comum desta ordem compulsória: ao saber que o bebê, ainda no útero da mãe, possui uma vagina, todo seu vestuário e seus brinquedos futuros serão definidos conforme o padrão cultural estabelecido para as meninas, inclusive, com o condicionamento de sentir atração sexual por meninos. Além de Butler, muitos estudiosos já desmontaram a relação direta, imediata e obrigatória entre sexo, gênero, orientação e desejo sexual, destacando a necessidade de revolucionar a ordem social, que leva compulsoriamente os indivíduos a se identificarem com o que se espera deles. Se isso não acontecer, a noção de gênero continuará legitimando essa ordem, na medida em que se torna um instrumento que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social, quer dizer, o gênero aprisiona o sexo em um lugar inalcançável à nossa crítica e capacidade de transformação social.

Muitos e qualitativamente diversos são os usos do termo gênero, sempre procurando ultrapassar o determinismo biológico como explicação. Há aqueles que o utilizam para explicar a produção histórica e cultural das diferenças sexuais, mas que mantêm o sexo como

elemento de distinção. Outros não encontram apoio na biologia para explicar as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, considerando a predominância cultural. Em suma, quem define gênero é a sociedade e a cultura na qual os indivíduos estão inseridos. O debate político e a pesquisa científica requerem que a discussão seja feita com a disposição para compreender fenômenos complexos, como a manutenção do patriarcado, por meio da violência, e sua influência e força nas sociedades baseadas na economia capitalista.

Ao compreender o preconceito como um ato que emite um juízo sobre algo ou alguém desconhecido com base em estereótipos (forma de classificar algo ou pessoas, simplificando-as, segundo suas marcas culturais e sociais), e a discriminação como a manifestação do preconceito, o desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária e democrática necessita do banimento de quaisquer manifestações de preconceito e discriminação em todos os espaços – e a escola possui um papel fundamental na construção deste ideal.

É por intermédio do poder exercido pelos grupos dominantes no cotidiano que se instituem e vinculam ideias errôneas e julgamentos de valores preconcebidos. De outra parte, é também nesse mesmo cotidiano que as mudanças podem acontecer paulatinamente, principalmente no interior dos muros da escola, com ênfase e respeito em uma educação que tome a sério os direitos humanos, as questões identitárias e as políticas educacionais, vinculadas ao projeto de promoção e desenvolvimento da democracia.

Nesta investigação, o método utilizado para detectar tendências de atitude dos docentes e estudantes diante dos conflitos relacionados às questões de gênero, foi o emprego de uma escala do tipo Likert de Preconceito de Gênero (PG). Destaque-se que um dos fatores limitantes foi a aplicação de forma presencial (nas escolas), o que impossibilitou uma amostra mais expressiva em quantidade de participantes, dada a limitação de tempo a que estão sujeitos todos os estudos em nível de mestrado.

Todavia, observou-se uma vantagem: foi possível perceber a receptividade dos envolvidos. Ao aplicar a escala, mesmo com todas as orientações para o correto preenchimento, um percentual significativo de formulários foi descartado, pois não apresentavam dados suficientes ou não foram preenchidos de forma correta (itens com mais de uma opção assinalada e itens sem resposta). Apesar disso, o emprego da escala de Preconceito de Gênero permitiu captar a manifestação do preconceito expresso sutilmente, pois os sujeitos puderam responder aos itens sem a necessidade de expor diretamente seus posicionamentos, o que sempre é recomendado em pesquisas desse tipo. Futuros estudos

talvez possam, se for a intenção, aumentar a amostra para desenvolver e aperfeiçoar a escala, inclusive, utilizando os meios remotos e digitais.

Para a elaboração dos itens da escala recorreu-se à experiência da pesquisadora na docência e na militância, como mulher e lésbica, com uma expressão de gênero masculina, além da inspiração na Escala F, elaborada por Adorno e colaboradores (1966), no estudo sobre a personalidade autoritária, a fim de redigir afirmações concernentes à tendência ao convencionalismo, à agressão autoritária, ao pensamento supersticioso e estereotipado e à sexualidade. Para a validação da escala foi realizado um estudo piloto em uma escola diferente das investigadas, e a validação estatística visou garantir maior precisão a cada item e maior coerência interna à escala, avaliando a redação dos itens e a correlação dos itens entre si e com o conjunto da escala.

Os principais resultados encontrados foram: a leve tendência de os alunos estarem mais propensos ao preconceito de gênero, assim como os homens em relação às mulheres; a tendência à posição de neutralidade, que pode indicar uma disposição ao não envolvimento com questões sociais problemáticas, o que, por sua vez, pode expressar a tendência à frieza e indiferença presente na cultura, conforme asseveram Horkheimer e Adorno (1985). Enfatiza-se que a não presença de homens (entre os professores) na composição da amostra pode ter tido influência nos resultados. Ora, se homens tendem a maior pontuação (na escala de PG) e eles não compõem a amostra de professores, pode ser que os resultados de os alunos terem obtido uma pontuação maior na escala se deva exatamente a que a amostra de professoras é composta, quase que na totalidade, por mulheres. Seja como for, é possível associar o escore médio mais alto dos homens em relação às mulheres à persistência do patriarcado (machismo, conservadorismo etc.) na sociedade brasileira, o que parece se repetir entre os alunos que compuseram a amostra deste estudo.

Não se confirmou a pressuposição inicial de que os discentes eram mais abertos às questões de gênero do que os docentes (ou menos afeitos ao preconceito que docentes). Atribuiu-se este fato às discussões e à formação continuada realizadas em suas escolas, das quais os professores participam. Se tal explicação estiver correta, isso indica a necessidade de ações que evidenciem as questões de gênero, o preconceito e os problemas derivados das tensões e conflitos presentes na escola, o que pode contribuir para o esclarecimento do corpo docente e, também, dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. *The Authoritarian Personality*. New York: W.W. Norton & Company, 1982.

ADORNO, T. W. *Ensaio sobre a psicologia social e psicanálise*. São Paulo: UNESP, 2015.

APPLE, Michael W. *Educando a direita*. Mercado, Padrões, Deus e Desigualdade. São Paulo Ed. Cortez / Instituto Paulo Freire, 2003.

ARARUNA, Maria Léo. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. *Periódicus*, ISSN: 2358-0844, n. 8, v. 1, p. 133-153. nov. 2017.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.11, 2000, p. 65-70.

BAQUERO, Godeardo. *Método de pesquisa pedagógica*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

BANDEIRA, Cláudia de Moraes e HUTZ, Cláudio Simon. As implicações do bullying na autoestima de adolescentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 131-138, 2010.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 9ªed, 2005.

BORTOLINI, ALEXANDRE. *Projeto diversidade Sexual na Escola: Percepções de Profissionais de Educação*. UFRJ, 2007- 2008.

_____. Diversidade sexual e de gênero na escola. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, nº 123, p. 27-37, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

CORRÊA, Sônia. Ideologia de gênero: rastros e significados. *Folha de S. Paulo*, 05 nov. de 2017. Disponível em: <https://agoraequaesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>. Acesso em 12/01/20.

COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo*. Ed. Sulina. Porto Alegre. 1995.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Revista Temas em psicologia*. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996.

_____. Teoria crítica da sociedade e Estudos sobre o preconceito. *Revista Psicologia política*. Campinas, V.1, n°1, p. 67-99, 2001.

_____. Preconceito: Relações com a ideologia e com a personalidade. *Revista Estudos de psicologia*. Campinas, V.22, n°3, p. 309-319, 2005.

_____. *Preconceito e educação inclusiva*. Brasília: SDH/PR, 2011.

_____. Formas de violência escolar: preconceito e bullying. *Revista Movimento*. Rio de Janeiro, Ano 2, n°3, p. 29-56, 2015.

FANTE, Cléo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. São José dos Campos: Verus, 2005.

GARRET, Henry E. *Statistics in Psychology and Education*. New York: Longmans, Green and Co, 1937.

GÓIS, João Bôsko Hora & SOLIVA, Thiago Barcelos. A violência contra gays em ambiente escolar. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo. n°123, p. 38-45, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e sexualidade. *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis, n°24, p. 1-13, 1998.

HORKHEIMER, Max. Preconceito. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973. pp. 172-183.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas! Estados de negação da homofobia nas escolas*. Trabalho apresentado na 32ª Reunião Nacional da ANPEd. Caxambu, 2009.

_____. “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”. *Revista Psicologia Política*, v.18, n.43, p. 449-502, 2018.

_____. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, p. 135-140, 2019.

LIMA, José Rosamilton. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. *Revista Memento*, Três corações, V.3, n°1, p. 33-50, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.20, n°2, p. 101-132, 1995.

_____. *Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

McNEMAR, Quinn. *Psychological Statistics*. New York: John Wiley Sons, 1969.

MENEZES, Luiz Fernando. *Desenhamos fatos sobre a 'ideologia de gênero'*. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 08/12/2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Soc. Estado*, v. 32, n.3, p. 725-748, 2017.

MOURA, Fernanda Pereira. “*Escola sem partido*”: *Relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história*. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. *Escola sem partido: origens e ideologias*. *Ciência Hoje*, 06 fev. de 2019. Disponível em <http://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>. Acesso em 12/01/20.

OLIVEIRA, Ana Flavia Catelani. Preconceito na Escola. *Revista interatividade*. Andradina, V.5, n°1, p. 133-146, 2017.

ONU. *Conferências mundiais da mulher*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-030/conferencias> - Acesso em 09/01/20.

REIS, Mariana Cristina Lima. *A atuação dos professores de educação infantil em relação ao gênero: sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Jussara Nascimento. *Preconceito racial em foco: Uma análise das relações estabelecidas entre crianças negras e não negras na educação infantil*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Silvana M.M; OLIVEIRA, Laidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katál*. V.13, N1, p. 11-19 jan/jun. Florianópolis, 2010.

SCALA, Jorge. *Ideologia de Gênero: o Neototalitarismo e a Morte da Família*. São Paulo: Katechesis, 2010.

SIEGEL, Sidney. *Estatística não paramétrica*. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1977.

SILVA, Fernando Rodrigues; NARDI, Henrique Caetano. A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, V.21, n° 1, p. 251-265, 2011.

SILVEIRA, Guilherme Andrade. Sob a ótica pós-colonial: a modernidade e a construção da homofobia. *Revista NAU Social*, Vol. 5, No. 06, p. 83-94, 2014.

VILELA, J. R. P. X. *O Poder nas Organizações: um estudo utilizando uma escala de autoritarismo baseada na escala "F" de Adorno*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ZAMPRONHA, Maria Amélia Güllnitz. *A experiência com o outro de alunos de graduação e o uso da internet*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANEXO I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “O preconceito em face à diversidade de gênero na escola”, desenvolvida por Vivian Paula Viegas, sob orientação do prof. Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Jr., do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP.

A sua participação não é obrigatória, será anônima e sua recusa não lhe trará prejuízo algum. Durante toda a pesquisa, bem como na publicação e divulgação dos resultados, serão garantidos o sigilo e o anonimato dos participantes, não sendo divulgados dados que possam levar à sua efetiva identificação pelos que vierem a ter conhecimento deste estudo.

O objetivo deste estudo é analisar a relação existente entre escola, gênero e preconceito. Sua participação consistirá em responder uma escala de opinião.

Se desejar, você receberá uma cópia deste termo, em que consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Pesquisadora (orientanda): Vivian Paula Viegas

Endereço: Rua Antônio Gomes Corrêa 330, Apt 34A, CEP 05767-310 – Jd. Catanduva/SP

Cel: (11) 98282-7291

E-mail: viviviegas@hotmail.com

Assinatura

Declaro que entendi os objetivos da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ de _____ de 2019.

Sujeito da pesquisa

ANEXO II – Escala Preconceito de Gênero (PG) – Versão do estudo piloto

Identificação:

1) Você é:

Homem Mulher

2) Quanto tempo atua como docente?

- Menos de 5 anos
 Entre 5 e 10 anos
 Entre 11 e 15 anos
 Entre 16 e 20 anos
 Acima de 20 anos

3) Idade:

- Entre 20 e 30 anos
 Entre 31 e 40 anos
 Entre 41 e 50 anos
 Entre 51 e 60 anos
 Acima de 60 anos

Escala de opinião

Abaixo você encontrará afirmações diversas. Gostaria de saber sua opinião a respeito delas, portanto:

- Responda conforme sua primeira impressão. Não há respostas certas ou erradas.
- Leia atentamente cada afirmação abaixo e indique seu grau de concordância ou discordância em relação ao que está sendo afirmado.
- Marque com um “X” a opção que melhor represente sua opinião.
- Opine em relação a TODAS as afirmações.
- Atente para os diferentes graus de concordância ou discordância.

1) É uma situação aceitável os meninos brincarem de boneca.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

2) É saudável a existência de banheiros unissex na escola para uso conjunto de alunos e alunas.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

3) No verdadeiro romantismo o homem sempre paga a conta.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

4) Não há nada de mais no fato de os homens usarem saia.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

5) Sempre me surpreendo quando descubro que uma pessoa que não aparenta é gay.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

6) Ser bruto é da natureza do homem; ser delicada é da natureza da mulher.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

7) Somente as mulheres devem fazer tricô.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

8) Não é agradável ver mulheres bebendo em bares.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

9) Meninos podem se tornarem afeminados ao praticarem ballet.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

10) Todas as peças de roupas originalmente pensadas para os homens devem ser consideradas unissex.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

11) Respeito os gays, desde não chamem a atenção.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

12) O fato de um homem se mostrar sensível não revela a sua orientação sexual.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

13) Lésbicas masculinizadas são, na verdade, mulheres com algum tipo de distúrbio genético ou psicológico.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

14) Maquiagem, hoje em dia, é um item tanto para uso de meninas como de meninos.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

15) Os homens de verdade nunca fariam sexo com outros homens.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

16) Ser gay é uma possibilidade para todas as pessoas, independentemente da condição social.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

17) O casamento gay é uma conquista importante para a sociedade.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

18) Os esportes de luta (judô, boxe, MMA etc.) devem ser praticados preferencialmente por homens.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

19) Tudo bem homens cuidarem somente da casa e dos filhos, enquanto as mulheres sustentam a família.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

20) As mulheres são mais cuidadosas que os homens.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

21) Caso uma mulher tenha sido casada por vários anos com um homem, após o divórcio só terá um envolvimento afetivo com outra uma mulher por causa da frustração.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

22) Geralmente homens que escolhem profissões tradicionalmente consideradas femininas o fazem por serem gays.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

23) Se um menino desde a infância apresentar gestos e trejeitos femininos, corrigi-lo energicamente é o melhor a fazer para que ele não se torne gay na vida adulta.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

24) Ser bruto é da natureza do homem; ser delicada é da natureza da mulher.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

25) A orientação sexual de alguém não deveria ser fator de avaliação de seu caráter e de sua competência.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

26) Uma mulher deve ser cuidadosa na escolha de suas roupas, se não quiser passar a impressão errada.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

27) Aos psicólogos deve ser autorizada a “cura gay” para quem busca tal tratamento.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

ANEXO III – Escala de Preconceito de Gênero (PG) – Versão final (validada)

Identificação: 1) Você é: () Homem () Mulher

2) Se for professor, há quanto tempo atua no magistério?

- () Menos de 5 anos
- () Entre 5 e 10 anos
- () Entre 11 e 15 anos
- () Entre 16 e 20 anos
- () Acima de 20 anos

3) Idade:

- () Entre 20 e 30 anos
- () Entre 31 e 40 anos
- () Entre 41 e 50 anos
- () Entre 51 e 60 anos
- () Acima de 60 anos

Escala de opinião

Abaixo você encontrará afirmações diversas. Gostaria de saber sua opinião a respeito delas, portanto:

- Responda conforme sua primeira impressão. Não há respostas certas ou erradas.
- Leia atentamente cada afirmação abaixo e indique seu grau de concordância ou discordância em relação ao que está sendo afirmado.
- Marque com um “X” a opção que melhor represente sua opinião.
- Opine em relação a TODAS as afirmações.
- Atente para os diferentes graus de concordância ou discordância.
- AGRADEÇO POR SUA PARTICIPAÇÃO

1) É uma situação aceitável os meninos brincarem de boneca.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

2) É inadmissível a existência de banheiros unissex para uso coletivo dos estudantes nas escolas.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

3) No verdadeiro romantismo o homem sempre paga a conta.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

4) Não há nada de mais no fato de os homens usarem saia.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

5) Sempre me surpreendo quando descobro que uma pessoa que não aparenta é gay.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

6) Ser bruto é da natureza do homem; ser delicada é da natureza da mulher.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

7) Homens não fazem tricô e crochê.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

8) Não é agradável ver mulheres bebendo em bares.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

9) Ballet não é para meninos, pois os torna afeminados.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

10) Respeito os gays, desde que não chamem a atenção.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

11) Os gays são mais sensíveis que os héteros.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

12) Lésbicas masculinizadas são, na verdade, mulheres com algum tipo de desorientação.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

13) Maquiagem, hoje em dia, é um item tanto para uso de meninas como de meninos.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

14) Os homens de verdade nunca fariam sexo com outros homens.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

15) Ser gay é uma possibilidade para todas as pessoas, independentemente da condição social.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

16) O casamento gay é uma conquista importante para a sociedade.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

17) Tudo bem homens cuidarem somente da casa e dos filhos, enquanto as mulheres sustentam a família.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

18) As mulheres são mais cuidadosas que os homens.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

19) Caso uma mulher tenha sido casada por vários anos com um homem, após o divórcio só terá um envolvimento afetivo com outra mulher por causa da frustração.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

20) Geralmente homens que escolhem profissões tradicionalmente consideradas femininas o fazem por serem gays.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

21) Se um menino desde a infância apresentar gestos e trejeitos femininos, corrigi-lo energeticamente é o melhor a fazer para que ele não se torne gay na vida adulta.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

22) Ser bruto é da natureza do homem; ser delicada é da natureza da mulher.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

23) A orientação sexual de alguém não deveria ser fator de avaliação de seu caráter e de sua competência.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

24) Uma mulher deve ser cuidadosa na escolha de suas roupas, se não quiser passar a impressão errada.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

25) Aos psicólogos deve ser autorizada a “cura gay” para quem busca tal tratamento.

Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo completamente
---------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------

Observação: o item 22 é repetido e serviu para avaliar a atenção dos componentes da amostra.

ANEXO IV – Caracterização da amostra investigada

São estas as variáveis consideradas e que definem a amostra (N = 98):

I. Sexo:

Feminino (alunos e professores);

Masculino (só alunos): apenas 1 (um) professor homem e 2 (dois) professores que não declararam o sexo na categoria professor;

II. Categoria:

Professor (39 mulheres, 1 homem e 2 que não se declararam: n = 42);

Aluno (26 mulheres e 30 homens: n = 56);

III. Tempo de magistério dos professores (n = 42):

5 a 10 anos: 11

11 a 15 anos: 8

16 a 20 anos: 3

Acima de 20 anos: 12

Não declararam: 8

Observação: não se verificou a ocorrência de professores com menos de 5 (cinco) anos de exercício do magistério.

IV. Idade dos professores (n = 42):

de 20 a 30 anos: 2

de 31 a 40 anos: 9

de 41 a 50 anos: 12

de 51 a 60 anos: 10

Não declararam: 9

ANEXO V – RELAÇÃO DE TRABALHOS SOBRE EDUCAÇÃO, ESCOLA E GÊNERO

Ano	Título	Autor/a	Tema	Periódico	Temas associados
2015	“Jaqueline comporte-se como uma menina” - sobre feminilidades, normatizações e transgressões no contexto escolar.	- Leandro T. de Brito - Carla Chagas Ramalho	Discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero.	VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura	Gênero e feminilidades na escola
2015	Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFMS)	- Suélen de S. Andres - Angelita A. Jaeger - Silvana V. Goellne	Educação física Relações de gênero Sexualidade	Revista da educação física / UEM. Maringá. Vol. 26, n. 2 (abr./jun. 2015), p. 167-179	Pesquisa de campo; Percepção e Educação Física
2016	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola	- Amanda N. Marcon - Luísa E. V. Prudêncio -Marivete Gesser	Sexualidade; educação e psicologia	Psicol. Esc. Educ. vol.20 no.2 Maringá May./ Aug. 2016	Psicologia escolar; Políticas públicas; diversidade sexual e docentes
2016	A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as)	- Luiz Fabiano Zanatta - Silvia P. de Moraes -Maria José D. de Freitas -José Roberto da S. Brêtas	Educação; sexualidade; Escola itinerante; MST	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 2, p. 443-458, abr./jun. 2016	Prática escolar

2017	Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios	- Maria Rita de Assis César - André de Macedo Duarte	Pânico moral; Escola sem Partido; Ideologia de Gênero; Governamentalidade.	Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017	Políticas públicas; Ideologia de gênero e escola sem partido
2017	Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros	- Toni Reis - Edla Eggert	Educação; Planos de Educação; Gênero e Diversidade sexual.	Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017	Políticas públicas e Planos educacionais
2018	“Não é competência do professor ser sexólogo”	- Elaine Reis Brandão - Rebecca Faray F. Lopes	Gênero; Sexualidade; Educação; Política sexual e Moralidade	Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, jan.-abr. 2018.	Currículo e Políticas públicas
2018	Diversidade cultural e relações de gênero em uma escola indígena sul-mato-grossense	- Josiane P. Gonçalves - Edicleia L. de Oliveira	Diversidade; Gênero; Professores Homens e Cultura indígena.	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e185144, 2018	Prática docente e cultura indígena
2019	O currículo e suas implicações nas relações sociais de gênero entre estudantes do ensino fundamental	- Eleta Carvalho Freire-	Currículo; diversidade cultural; relações de gênero	Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 100, n. 255, p. 405-422, maio/ago. 2019	Currículo
2019	Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	- Carlos José de Moura Ciribelli - Emerson Fernando Rasesa	Sexualidade; Educação Infantil e Identidade de Gênero	Psicologia: Ciência e Profissão 2019, 39, e175599, 1-15	Educação infantil, prática docente, pesquisa de campo e percepção

2019	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	- Leandro Castro Oltramar - Marivete Gesser	Educação; gênero; diversidade e formação	Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 27(3): e57772 DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n357772	Formação e prática de docentes
2019	Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios	- Zilene Pereira Soares - Simone Souza Monteiro	Sexualidade; Gênero e ensino de Ciências.	Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019	Formação e prática docente, pesquisa de campo e percepção
2019	Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola	- Erineusa Maria da Silva - Eliza Bartolozzi Ferreira	Política educacional; Estudos de gênero e educação; Política de gênero; Movimento pedagógico de gênero	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e200235, 2019	Políticas públicas, prática docente, pesquisa de campo e percepção
2020	Para além da sopa de letrinhas: o debate sobre diversidade sexual e de gênero no âmbito escolar	- Jaqueline de Melo Barros	Diversidade sexual; Gênero e Produção de Conhecimento	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação em direitos humanos, interculturalidade e religiões - 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente, pesquisa de campo e percepção

2020	Formação docente e práticas pedagógicas equitativas: problematizando as relações de gênero nos espaços escolares	- Pedro Paulo Souza Rios - Alane Martins Mendes - Rosilaine Moreira do Nascimento - Laise de Souza Nascimento	Formação docente; Relações de Gênero; Diversidade Sexual; Educação	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação com formação docente - 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Formação e prática docente; pesquisa de campo e percepção
2020	A escola e seus currículos: um estudo sobre normatividades sexuais em disputa	- Maria Cristina Araújo de Melo	Currículo; sexualidades; normatividade	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação com currículo e avaliação - 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Pesquisa de campo; percepção e currículo
2020	O debate sobre desigualdade de gênero e orientação sexual e o ensino de geografia na escola jovem	- Caio Moreno Machado Aquino - Karolayne Almeida de Souza - Júlia Lobato Pinto de Moura	Ensino de Geografia; Desigualdade de Gênero; Currículo Escola Jovem	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação com currículo e avaliação - 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente; Pesquisa de campo; percepção e currículo

2020	A orientação sexual, gênero, sexualidade no ensino de biologia na escola família agrícola no noroeste do espírito santo	- Patrick Pereira	Sexualidade; Ensino de Biologia; Educação do campo; Gênero e Escola Família agrícola	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação em direitos humanos, interculturalidade e religiões- 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente; Pesquisa de campo e percepção
2020	Estude como uma garota: práticas pedagógicas sobre igualdade de gênero nos anos iniciais	- Josinaldo C. L. Bernardo	Produção Textual; Biografias; Mulheres; Alfabetização; Letramento e Linguagens	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação em direitos humanos, interculturalidade e religiões- 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente; Gênero; Pesquisa de campo e percepção
2020	O ensino de história na perspectiva da diversidade sexual e de gênero: memórias e práticas docentes	- Laylla Correa Teixeira Vervloet	Diversidade sexual e de gênero. Ensino de História. Narrativas	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação em direitos humanos, interculturalidade e religiões- 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente; Gênero; Pesquisa de campo e percepção

2020	Atravessamentos de corpos, gêneros e sexualidades dissidentes dentrofora dos espaçostempos escolares: impasses, disputas e desafios	<ul style="list-style-type: none"> - Ivan Amaro - Dilton Ribeiro do Couto Junior - Renato Romeritto do Nascimento Souza - Ruan Moutinho Ruani - Bruno Rodrigues Ganem - Jaqueline Gomes de Jesus 	Gênero, norma, diferenças, LGBTIfobia, experiência pedagógica	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação entre novas epistemologias, biodiversidade, diferença, democracia e inclusão- 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente; currículo e gênero
2020	Prevenção de violência de gênero: da educação infantil à universidade	<ul style="list-style-type: none"> - Alexandre R. N. Silva -Daniela M. G. Bellini - Roseli Rodrigues de Mello - Rosimara S. Correia - Ernesto F. Galli - Denise Bachega - Bruno C. Prezensky - Juliana B. Consoni - Everton M. Batisteti 	Violência de Gênero; Prevenção de Violência; Educação; Educação Infantil; Juventude.	Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas tensões e perspectivas na relação com infâncias, juventudes e vida adulta- 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.	Prática docente; currículo e gênero
2020	Gênero e educação infantil na BNCC: lacunas e entrelinhas	<ul style="list-style-type: none"> - Ronnald T. Oliveira - Iran de Maria L. Nunes 	Gênero; Educação Infantil; BNCC	XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)	Prática docente; currículo e gênero

2020	Notas introdutórias sobre o lugar do gênero e da sexualidade na base nacional comum curricular	- Marcos Paulo de Oliveira Sobral - Maria Eulina P. de Carvalho	Gênero, BNCC, Sexualidade e Educação	XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)	Currículo e gênero
2020	Pichação, gênero e sexualidades: articulações em torno de imagens em três escolas da Paraíba	- Priscila Santos Canuto - Marcos Felipe G. Maia	Gênero, Sexualidade e Educação	XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)	Gênero; Pesquisa de campo e percepção